



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 7/2022
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 15-12-2022**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 7 da Sessão Ordinária de 15-12-2022

LOCAL - Grande Auditório do Centro de Artes e Espectáculos -----

DATA -15 de dezembro de 2022-----

INICIO - Quinze horas e vinte minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1.ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

2.º SECRETÁRIO - Júlio César da Costa Loureiro.....PS

MEMBROS - Paulo Henrique Nisa MarianoFAP

João Raul Henriques Sousa Moura PortugalPS

David Manuel Fajardo AzenhaFAP

Mafalda Reis de AzevedoPS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

Edgar José Pedrosa GonçalvesFAP

José Fernando Guedes CorreiaPS

José Augusto Fernandes MateusFAP

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Isabel Cristina Guerreiro Pimentel MaiaFAP

Victor Manuel dos Santos MadalenoPS

Paulo Jorge Martinho PintoPSD

Joaquim Francisco da Silva PereiraFAP

Célia Maria da Silva MoraisPS

José António Borges LigeiroFAP

José Manuel Cunha CarvãoPS

António Graça LapãoFAP

Isabel César PereiraPS

Luís Filipe Santos Claro MarquesPSD

Micaela Miranda DurãesFAP

Silvina da Silva Fonseca Anadio de QueirozCDU

Gonçalo Andrade de OliveiraFAP

Pedro Miguel da Silva Ribeiro JorgeBE

Ana Cláudia Vidal ToméFAP

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Sónia Margarida Abreu MartinsPS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves BatataPS



(Buarcos e São Julião)	Rosa Maria Martins Ferreira Baptista	FAP
(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro	PS
(Lavos)	José Coelho Henriques da Silva	PS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto Ferreira	PS
(Marinha das Ondas)	José Alberto Jordão Suzana	PS
(Moinhos da Gândara)	Gilberto Fajardo Oliveira	PSD
(Paião)	José Alberto da Silva Carvalho	FAP
(Quiaios)	Ricardo Manuel Rodrigues Santos	PS
(São Pedro)	Jorge Aniceto Pimentel dos Santos	PS
(Tavarede)	Fernando António Martins Lopes	PS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia, Clarisse da Silva Ferreira Oliveira, Rosa Maria da Costa Reis, Gonçalo Raposeiro Faria, e Adélia Maria Ramos Batata.-----

SUBSTITUIÇÕES

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia por Isabel César Pereira, Clarisse da Silva Ferreira Oliveira por Sónia Margarida Abreu Martins, Rosa Maria da Costa Reis por Gonçalo Andrade de Oliveira, Gonçalo Raposeiro Faria por Ana Cláudia Vidal Tomé, e Adélia Maria Ramos Batata por Luís Filipe Santos Claro Marques.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO E EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE NOVEMBRO, AMBAS DE 2022

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco para aprovação as atas das sessões ordinária de 29 de setembro e extraordinária de 25 de novembro, ambas de 2022.-----

A pedido do deputado municipal José Fernando Correia, nesta última ata, na página 23, corrigiu-se «uma certa racionalidade» para «uma certa irracionalidade»."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Susana Oliveira Monteiro, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou:-----

1 - por maioria, com trinta e três votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, seis abstenções dos membros do Partido Socialista, José Fernando Correia, Victor Santos Madaleno



e Sónia Abreu Martins, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Gonçalo Andrade Oliveira, e Ana Cláudia Vidal, e do Partido Social Democrata, Luís Filipe Marques, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2022;-----

2 - por maioria, com trinta e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, cinco abstenções dos membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, Isabel César Pereira e Sónia Abreu Martins, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Gonçalo Andrade Oliveira e Ana Cláudia Vidal, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 25 de novembro de 2022.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

O **SEGUNDO SECRETÁRIO** deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

"Convites de algumas coletividades para aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar.-----

- Convites do Presidente da Câmara para o (a):-----

- Sessão de apresentação do cronograma de trabalhos da Ponte Edgar Cardoso-----
- Sessão Evocativa do Centenário do Nascimento do Arquiteto José Isaiás Cardoso-----
- Espetáculo «THALASSOS»-----
- Sessão de Abertura do "Game Jam Plus (GJ +)" - Maratona Mundial de Desenvolvimento de Jogos-----
- Homenagem e Evocação da Vida, Obra e Legado de Manuel Fernandes Thomaz-----
- Sessão Pública de esclarecimento promovida pela Agência Portuguesa do Ambiente, sobre a Orla Costeira-----
- Conferência de Imprensa «Campanha de Divulgação do Arroz do Baixo Mondego e da Figueira da Foz»-----
- Inauguração do Campus da Universidade de Coimbra na Figueira da Foz-----

Convites conjuntos de:-----

- Câmara Municipal de Lisboa, a Housing Europe, a Gebalis - EM, e a APHM - Associação Portuguesa de Habitação Municipal para a Conferência Internacional «Social Housing and the Recovery Plans - pathways to solutions»-----



- Diretor-Geral da Autoridade Marítima e Comandante-Geral da Polícia Marítima, para a cerimónia de descerramento de uma placa evocativa por ocasião do centenário do Farol do Cabo Mondego-----

Convites de:-----

- Guarda Nacional Republicana para a Cerimónia Militar do Juramento de Bandeira do 50.º Curso de Formação de Guardas-----

- Instituto Técnico da Universidade de Lisboa para o Colóquio Periferias Urbanas nas Áreas Metropolitanas de Portugal e Brasil: os últimos trinta anos-----

- Freguesia de Ferreira-a-Nova para a Romaria em Honra de Santa Eulália-----

- Associação Portuguesa de Urbanistas para o Ciclo de Conversas com Urbanistas 2022-----

- Administração da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal para a Festa de Natal das crianças dos Bairros Sociais-----

- Associação Musical União Filarmónica Maiorquense para o Encontro de Bandas 2022-----

- Freguesia de Maiorca para a Evocação dos 80 anos de nascimento do soldado Manuel Marques Sardão-----

- Escoteiros Grupo 271 Maiorca para uma noite de fados de angariação de fundos--

- Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para a exposição «Saramago 100 anos»-----

- Grupo Recreativo Vilaverdense para o 22.º Encontro de Música Tradicional Portuguesa-----

- Freguesia de Moínhos da Gândara para o 5.º Aniversário Biblioteca Idalécio Cação-----

- Centro Recreativo Cultural Carvalhense para o XVIII Encontro de Grupos de Música Tradicional Portuguesa-----

- Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para uma homenagem a Laranjeira Santos-----

- Centro de Solidariedade Social do Paião tem a honra de convidar Vossa Excelência a assistir à apresentação e lançamento do livro O Palacete para meninas e meninos-----

- MAGENTA para uma Exposição de Pintura «Os olhares de Aline Acart, Fernando Ferreira e Mimi Veríssimo-----

- Freguesia de Ferreira-a-Nova para a apresentação do livro «A Comemoração dos



- 125 Anos - Encontro entre Coletividades» de Francisco Manuel Relva Pereira-----
- Wiremaze para a iniciativa intitulada «Caravana Europeia para Cidades mais Verdes através do Orçamento Participativo»-----
 - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A. para a Celebração do Dia do Porto da Figueira da Foz-----
 - Partido Iniciativa Liberal para a Conferência «Descentralização e Poder Local: Que Futuro?»-----
 - Mordomia da Festa do Divino Senhor da Paciência de 2022 para as Festas do Senhor da Paciência-----
 - Orquestra Nacional de Jovens para o Concerto The Greatest Queen Symphonic-----
 - Fundação Dionísio Pinheiro para o Recital de Piano e Música de Câmara Ciclos de Lua Nova com Maja Stojanovska-----
 - Grupo Instrução e Recreio Quiaense para o jogo de apresentação da Equipa-----
 - Freguesia de Moínhos da Gândara para as Tasquinhas de São Martinho-----
 - Freguesia de Buarcos e São Julião para as comemorações do Dia Nacional do Mar
 - Um Mar de Oportunidades-----
 - Figueira Sabor a Mar para o Festival Gastronómico do «Bacalhau e seus Derivados»-----
 - Grupo Recreativo Vilaverdense para o Encontro de Danças Bailias 2022-----
 - MAGENTA para uma exposição de pintura de João Veiga Gomes-----
 - Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Figueira da Foz para o Magusto de 2022-----
 - Instituto Universitário de Lisboa para a Cerimónia de Entrega do Prémio Iscte Políticas Públicas 2022-----
 - Caixa Geral de Depósitos para o «Encontro Fora da Caixa»-----
 - Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz para cerimónia de entrega de Diplomas aos certificados pelo Centro Qualifica-----
 - MAGENTA para a inauguração da exposição «Aqui há Natal #2»-----
 - Freguesia de Alqueidão para o Mercado de Natal-----
 - Sociedade Boa União Alhadense para um Concerto de Natal-----
 - Associação Musical União Filarmónica Maiorquense para um Concerto de Natal-----
 - ONGD Mão na Mão - Associação Crianças do Mundo «EUP» para o evento destinado à entrega de cabazes de Natal às entidades referenciadoras das famílias com crianças carenciadas-----
 - Freguesia de Bom Sucesso para o Mercadito de Natal-----



- Sociedade Musical, Recreativa, Instrutiva e Beneficente Santanense para um Concerto de Natal-----
- Casa do Povo de Quiaios para a inauguração de novas instalações de apoio a valências sociais, Filarmónica Quiaense e Escola de Música."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Dado nenhum cidadão se ter inscrito para intervir neste Período de Antes da Ordem do Dia, passaremos de imediato aos assuntos gerais de interesse do Município."-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - AQUISIÇÃO DO CABO MONDEGO - RESPOSTA A COMUNICADO DO PARTIDO SOCIALISTA, FEITA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL NA PÁGINA OFICIAL DO MUNICÍPIO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "Esta minha intervenção prende-se com um comunicado do executivo camarário na página oficial da Câmara Municipal. O comunicado da Câmara surgiu em resposta ao comunicado do Partido Socialista sobre a aquisição do Cabo Mondego, publicado na comunicação social.-----

Não me parece que a página oficial de uma Câmara Municipal, sendo uma entidade oficial, possa servir para reagir a comunicados de partidos da oposição que, por acaso, também foram sufragados.-----

Têm toda a legitimidade para emitir os comunicados que acharem por bem, mas nos locais próprios, não numa página oficial de uma Câmara Municipal. Não me parece bem!-----

A página da Câmara da Figueira da Foz, bem como a de outras localidades, serve para informação aos munícipes das diversas atividades da Câmara Municipal de interesse para o público, e não para fazer política, reagir, atacar, defender ou responder a comunicados das outras forças políticas, sob pena de os diversos partidos poderem também vir a fazer comunicados na página oficial da Câmara Municipal, o que seria deveras desagradável.-----

Ao ler o comunicado apercebi-me das várias mensagens, ora atacando uns, ora atacando outros, de forma vulgar e até insultuosa. Não fica nada bem, senhor Presidente, não é bonito de se ver nem de se ler!-----

Com todo o respeito, diria mesmo que é uma mancha na página oficial da Câmara Municipal da Figueira da Foz, e que não se deveria repetir!"-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Esse comunicado só foi publicado por ser um comunicado do executivo. Eu próprio solicitei para ser posto o link do comunicado que lhe dera origem para, dessa forma, as pessoas poderem consultar imediatamente o comunicado do Partido Socialista.-----

A razão é uma: o comunicado do Partido Socialista e a resposta do executivo respeitaram a um assunto tratado em reunião de Câmara, e para decisão dos órgãos do Município.-----

Estou de acordo e julgo que tem sido essa a prática - não deve haver propaganda, ou qualquer tipo de utilização nesse sentido!-----

A exceção desta vez foi por essa razão! Caso contrário, um comunicado do executivo camarário ou até dos Vereadores da oposição não tem onde ser publicado... E, também, não vão publicar na página do partido apoiante do executivo, pois seria uma distorção.-----

Portanto, não houve nenhuma tentativa de abuso, houve, sim, a preocupação de colocar o comunicado do executivo e o link para o comunicado que lhe dera origem."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B -FERROVIA COIMBRA/CANTANHEDE - RAMAL DA PAMPILHOSA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Há poucos dias houve uma declaração sobre o que seria a importância vital da ferrovia entre Coimbra e Cantanhede. E eu queria aqui deixar um apelo.-----

Após essas declarações, parece-me ser esta a altura ideal de pressionar a Administração Central no sentido de se lembrar que, a bem da coesão territorial, deveria também ser reposta o restante da linha, ou seja, a ligação da Figueira da Foz a Cantanhede.-----

Naturalmente, não me esqueço que houve uma famigerada concessão por 25 anos de troços do chamado Ramal da Pampilhosa, mas tudo o que se faz pode sempre desfazer-se, desde que de acordo com a Lei e a justiça e sem atropelos de maior.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Foi aprovado pelo Governo Socialista, o plano ferroviário nacional e mais uma vez a região da Figueira Foz foi esquecida. A



eletrificação da Linha do Oeste vai parar nas Caldas da Rainha, não se sabendo se, e quando, chegará à Figueira da Foz.-----

Do meu ponto de vista, a eletrificação desta linha é importante para o nosso Concelho não só para a indústria e comércio, mas também para o turismo, pelo que, gostava de ver empenho da parte do Município na sua defesa junto do Governo.-----

Obviamente, também não se pode esquecer a linha ferroviária entre a Figueira da Foz e Coimbra, que se quer mais rápida.-----

Chega de vermos as regiões de Aveiro e Leiria a desenvolverem-se e a de Coimbra a definhar!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu não estou seguro daquilo que o deputado municipal disse sobre o Plano Ferroviário Nacional. O Município da Figueira da Foz não parou de instar junto do Governo em relação à eletrificação existente, julgo até à zona da Guia, e que está previsto prosseguir até à Figueira da Foz.-----

Ainda ontem tive uma reunião com o secretário executivo da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, o Vice-Presidente da Câmara de Mira e a Presidente da Câmara de Cantanhede, por causa das Lagoas e de uma proposta conjunta que apresentamos ao Fundo EEA Grants, onde falamos da questão ferroviária, da ligação Figueira/Coimbra e, principalmente, a duplicação, modernização e requalificação da linha, bem como de outras questões ligadas ao Metro do Mondego.-----

Estamos absolutamente em cima deste assunto, em relação ao qual não aceitamos nenhuma discriminação, como é evidente, nem secundarização por parte da Administração Central.-----

A propósito do relacionamento da Administração Central com o Município gostava de dar uma palavra sobre aquela que tem sido a atuação da Agência Portuguesa do Ambiente nestas semanas e dias.-----

A obra que tem de ser feita não está feita, mas tem havido um acompanhamento diário do seu Vice-Presidente, Eng.º José Pimenta Machado, comigo e com alguns dos Presidentes de Junta de Freguesia, em relação ao tempo, ao clima que temos tido nestas semanas e as suas consequências aqui no território do nosso Concelho, uma informação permanente quer do caudal do açude, quer da situação na costa, quer em relação aos jacintos...-----

Tem estado numa articulação permanente connosco em relação a todo o tipo de



informação, não posso deixar de o referir."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Provavelmente por lapso, o Presidente da Câmara não fez nenhuma referência à minha intervenção sobre o antigo Ramal da Pampilhosa.----- Como poderei entender este silêncio? Tomará em boa conta a recomendação que fiz, procurará pensar no assunto ou simplesmente recusa liminarmente essa sugestão?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Pelas informações que tenho o Ramal da Pampilhosa está desativado. Vou tentar estudar melhor o assunto."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

C - TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Quero aqui abordar o problema que está a afetar os professores chamados técnicos especializados das Atividades de Enriquecimento Curricular.-----

Até ao ano transato, a Câmara Municipal contratou diretamente estes docentes, porque é de docentes que se trata. Entretanto, este ano optou-se por se fazer um concurso donde saiu vencedora uma empresa que fez a contratação dos professores. Estes professores encontram-se em precariedade absoluta. Amanhã termina o primeiro período e, hoje mesmo, eles ainda não sabem o que lhes vai acontecer no segundo período.-----

Desconhecem se vão ser de novo contratados até a Páscoa (porque, agora, é por trimestre, segundo julgo ter percebido), ou se serão substituídos por outras pessoas que, eventualmente, venham a concorrer se for aberto o tal concurso; e no caso de continuarem se ficarão com as mesmas cargas horárias e com os mesmos alunos, o que é sempre muito mais vantajoso.-----

Sublinho que são atividades de enriquecimento curricular, mas que de qualquer maneira, correspondem a um contacto com crianças a quem são transmitidos valores e princípios.-----

A empresa entretanto selecionada - e continuo sem entender as razões de se recorrer a uma empresa de cedência - não cumpriu em muitos aspetos.-----

Há materiais em falta ainda hoje, véspera de caírem os contratos. Depois, há um problema muitíssimo candente: as perdas a que estes profissionais estão



osujeitos.-----
Tendo um quadro comparativo de remunerações e de tempo de serviço para um horário de 14 horas, remunerado pelo índice 126, enquanto técnicos especializados, no ano passado, estes professores auferiram na totalidade do ano, chamemos-lhe letivo, 7.568,97 €, se continuarem a ser selecionados eles irão auferir 4.402,12 €, isto é, praticamente metade do valor de 2021/2022.-----
Em termos de tempo de serviço que é uma joia para os professores, porque dele depende a sua seleção/contratação para postos de trabalho, no ano passado foram contabilizados 181 dias, este ano apenas 97 dias, portanto, uma perda imensa.---
Além disto, perderam todos os benefícios decorrentes do Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE, I.P.), e os requisitos necessários à obtenção de subsídio de desemprego. Também deixaram de receber compensação por caducidade porquanto são contratados a recibo verde, deixando, ainda, de ter direito a Subsídio de Férias e Subsídio de Natal.-----
Esta é uma situação profundamente injusta! Gostaria que o senhor Presidente da Câmara, ou quem o substitua nessa tarefa, me explicasse as razões de se estar a recorrer a uma empresa que veio penalizar tanto estes profissionais.”-----
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----
VEREADORA OLGA BRÁS: “Na reunião do Conselho Municipal de Educação, de 8 de junho, a Dr.ª Rita Lopes, presente no mesmo em representação da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, informou os restantes conselheiros que, com a transferência de competências no domínio da Educação, as Atividades de Enriquecimento Curricular dos Agrupamentos Escolares passavam a estar delegadas no Município, à exceção do Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz e do Agrupamento de Escolas de Paião onde a contratação dos docentes para essas Atividades poderiam continuar a ser feitas como até então, respetivamente, pela sua diretora e pela Associação de Pais.-----
Posteriormente, os Agrupamentos de Escolas deixaram de poder inscrever os docentes na plataforma SIGA, e o Município ficou a aguardar as orientações definitivas da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares sobre o assunto, as quais só nos foram transmitidas em finais de agosto.-----
Portanto, a Câmara não tinha outra hipótese senão fazer um procedimento concursal para que os meninos a 15 de setembro pudessem ter as suas atividades extracurriculares.-----



Assim, fez-se um Concurso Público e a empresa que ganhou foi a Hobbyvida, Desporto, Educação e Vitivinicultura, Ld.^a. Na altura, esta empresa solicitou ao Serviço da Educação nomes de docentes para as Atividades de Enriquecimento Curricular, por isso, pedimos a colaboração do Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz, que facultou os nomes dos docentes que, anteriormente, já exerciam essas Atividades e, efetivamente, a empresa contratualizou esses docentes.-----

Para a Câmara Municipal recrutar diretamente os docentes teria de estar inscrita na plataforma SIGA e o seu Mapa de Pessoal teria de ser alterado, criando mais postos de trabalho de professores, e sempre com precedência de deliberações dos órgãos Câmara e Assembleia Municipal. Não havia outra forma de resolver este problema num tão curto espaço de tempo!-----

Sabemos o descontentamento de alguns docentes, mas o que é um facto, é que eles aceitaram e assinaram os contratos. Obviamente, estamos atentos para ver se a empresa cumpre tudo o que está plasmado no Caderno de Encargos e, de certa forma, temos tido reuniões para aferir que cumpram com os docentes e com o material didático necessário aos alunos.-----

Para além disso, nos outros Agrupamentos as Atividades de Enriquecimento Curricular já estavam a ser feitas por empresas privadas contratadas pelo Município da Figueira da Foz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "A resposta da Vereadora Olga Brás, sobre as questões relacionadas com os profissionais das Atividades de Enriquecimento Curricular, não me satisfaz minimamente.-----

Por exemplo, não se referiu ao impacto social decorrente da diminuição de remuneração e tempo de serviço. Realmente, eles assinaram o contrato, treze deles agora na última semana, mas porquê? Aceitaram porque o mercado de trabalho deste país é o que é, e as pessoas precisam de comprar pão, pelo menos dia sim, dia não..."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

D - ORÇAMENTO MUNICIPAL VERSUS PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL ÀS FAMÍLIAS E EMPRESAS AFETADAS PELO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.



PEDRO MIGUEL JORGE: "Na última sessão desta Assembleia, no dia 29 de setembro, foi aprovada uma Proposta de Recomendação à Câmara Municipal, subscrita por este grupo municipal, sugerindo a criação do Programa de Apoio Municipal às Famílias e Empresas afetadas pelo Aumento do Custo de Vida, nomeadamente através de medidas que passavam pelo possível congelamento de rendas, isenção de taxas, reforços de fundos e apoios extraordinários, todas elas passíveis de serem implementadas pelo executivo municipal.-----

Senhor Presidente da Câmara, em relação a esta questão já foi tomada alguma medida concreta das sugeridas? Foi tomada alguma medida equivalente a alguma destas sugestões do Bloco de Esquerda? Na elaboração do Orçamento Municipal foi tida em conta alguma das medidas sugeridas?-----

A nota prévia do Orçamento Municipal faz uma reflexão justa e adequada em relação ao presente contexto internacional, que implica uma subida desmesurada da inflação e do custo de vida como justificação de fundo pela tomada de opções na elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano.-----

As medidas propostas pelo Bloco de Esquerda vão de encontro a estas considerações, sendo exequíveis e bem direcionadas e poderão, de facto, ajudar as famílias mais desfavorecidas e diversas instituições.-----

Daí, querer saber se a Proposta de Recomendação foi, de alguma forma, tida em conta na elaboração do Orçamento Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Pedro Miguel Jorge.-----

PEDRO MIGUEL JORGE: "Senhor Presidente da Câmara, eu perguntei se alguma das medidas da proposta de recomendação do Bloco de Esquerda para a criação do Programa de Apoio Municipal às famílias e empresas afetadas pelo aumento do custo de vida, aprovada na última sessão desta Assembleia Municipal, fora acolhida e/ou tida em conta na elaboração do Orçamento Municipal, e V. Ex.^a, segundo creio, por esquecimento, não me respondeu.-----

Foram todas medidas muito concretas e específicas cada vez mais necessárias no presente estado das coisas, e ao alcance da do executivo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Quanto às questões de apoio social levantadas pelo deputado municipal do Bloco de Esquerda, devo dizer: outras se seguirão, designadamente algumas que têm sido objeto de reflexão na sequência até de intervenções em reunião de Câmara das Vereadoras Diana Carina Rodrigues e Olga Brás, nomeadamente na área da habitação. Nas questões do apoio de renda temos



estado a fazer um estudo comparado com outros municípios de várias orientações políticas.-----

Vou dar só um exemplo das medidas que vão na linha do defendido na sua intervenção: a questão dos tarifários, a questão do preço da água e a posição tomada pelo executivo, que penso consubstancia uma defesa dos rendimentos, principalmente das pessoas menos favorecidas.-----

É um pequeno exemplo, mas é uma linha que queremos prosseguir também numa orientação convergente com aquelas que preconizou."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - COMISSÃO SOCIAL DA FREGUESIA DE TAVAREDE, FESTAS DO LIMONETE E AQUISIÇÃO DE UMA CARRINHA PARA A JUNTA DE FREGUESIA - PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: "Em junho, nesta Assembleia, eu fiz uma intervenção a solicitar apoio para a Comissão Social da Freguesia de Tavarede, para as Festas do Limonete e, ainda, para a aquisição de uma carrinha para a Junta de Freguesia.-----

A resposta do senhor Presidente foi elucidativa e fiquei extremamente satisfeito, aliás, o que me levou a afirmar que saía daqui de peito cheio, porque efetivamente ele dissera sim a tudo.-----

Pergunto e V. Ex.^a responder-me-á se assim o entender: a Junta de Freguesia de Tavarede irá ter esse apoio para as Festas do Limonete e aquisição da viatura até 31 de Dezembro?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O apoio para as Festas do Limonete e aquisição da viatura irá à próxima reunião de Câmara e estará a pagamento antes do final do ano."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - AVENÇAS NO EXECUTIVO PRESIDIDO POR PEDRO SANTANA LOPES

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira.-----

GONÇALO ANDRADE OLIVEIRA: "Há alguns dias atrás fomos brindados com um comunicado do Bloco de Esquerda relativamente a avenças celebradas pela Câmara Municipal.-----

O Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira questiona por onde andou o Bloco de Esquerda nos mandatos do Partido Socialista!!!-----



Apenas para relembrar e recuando ao ano 2018, mais concretamente ao mês de dezembro, podemos observar duas avenças no valor aproximadamente de 20.000 euros (uma de 9.672 euros e outra de 10.608 euros) para estudar a qualidade de vida na Figueira da Foz. Nessa altura o Bloco de Esquerda questionou o Partido Socialista sobre estas avenças?!-----

Nós sabíamos que o Partido Socialista levava isto da qualidade de vida muito a sério, mas não sabíamos que o dinheiro municipal servia para estudar uma coisa que apenas temos de agradecer a Deus: o facto da Figueira da Foz ter uma qualidade de vida estupenda.-----

Desde a última campanha autárquica todos os figueirenses viram através da comunicação social e, mais concretamente nos debates televisivos, que o Bloco de Esquerda foi a eleições a desejar a vitória do Partido Socialista. Nós só nos questionamos qual a razão de não terem ido coligados?!-----

O que podemos concluir deste episódio do comunicado do Bloco de Esquerda é que se trata apenas de mais um frete feito ao Partido Socialista, pois, como este último tem telhados de vidro neste tema de avenças, o Bloco de Esquerda foi mais uma vez em seu socorro..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "O deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, fez aqui vários ataques a pretexto de um comunicado do Bloco de Esquerda.-----

Nesse discurso que lhe encomendaram e trouxe escrito, devia também, quem sabe, especificar melhor. Avenças de 8.000 euros e de 12.000 euros mensais? Não, não havia! No tempo do Partido Socialista não havia avenças desse valor, e a mais alta era de 1.800 euros mensais. Havia sim, prestações de serviço à Universidade de Coimbra de mais de 2.000 euros. Não se podem confundir avenças com prestações de serviço, deixando aqui essa falsa questão no ar...-----

Mas como o deputado municipal, Gonçalo Andrade Oliveira, decidiu atacar o Partido Socialista nesta matéria, vamos esclarecer o assunto e, então, que a Câmara Municipal publique um Mapa Comparativo das avenças desde 2009 até aos dias de hoje. E se quiserem, vamos analisá-las, avenças políticas e avenças não políticas.-----

O senhor iniciou a sua carreira no Partido Socialista, que tanto defendeu durante 10 anos, mas, há um ano deixou de ser Socialista e, agora, já tem vergonha desse mandato.-----



Deixe-me dizer-lhe o seguinte: governámos sem maioria no primeiro mandato, como se recorda e, como nos apoiou nessa campanha e esteve lá até ao final, tivemos avanços, sim senhor. Mas ninguém fez nenhuma avanço política para «comprar votos», nem para aqui estar com ninguém, nem a outros partidos políticos, nem a nenhum indivíduo ou proprietário de Blog, nem fosse a quem fosse, para ter maioria ou mais votos aqui ou acolá, neste ou naquele grupo municipal. Governámos dois mandatos com maioria, um deles com maioria absoluta!-----

Se quiser comparar, então, vamos lá pedir para publicarem, desde 2009 até hoje, o valor das avanços mensais, e verificar se os avançados eram ou não eram da área, se trabalharam ou não trabalharam nessa área, e vamos fazer esse debate aqui!-----

Isto não é a defesa do Bloco de Esquerda, pois ele depois fará a sua intervenção aqui, se assim o entender, mas é vergonhosa esta intervenção do grupo municipal da Figueira a Primeira - atacar o Partido Socialista quando este também esteve nesta mesma situação de governar sem maioria e nunca fez metade daquilo que está aqui a ser feito, nem em valor, nem do ponto de vista de carácter político!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira.-----

GONÇALO ANDRADE OLIVEIRA: "Senhor deputado municipal João Raul Portugal, eu não tenho vergonha, relembro-me sempre do meu passado, e deixe-me dizer-lhe que também não recebo encomendas.-----

A questão aqui é muito simples: fez-me um ataque pessoal e eu vou responder-lhe. A minha carreira política iniciou-se há muitos anos, como bem sabe, no Partido Socialista. Eu saí do Partido Socialista, porque os senhores quiseram um candidato contra o qual votei em Comissão Política. Portanto, como deve calcular, não ia apoiar um candidato que não era do meu agrado, tenho muitas razões de queixa contra esse senhor que hoje está no Porto.-----

Por isso, decidi apoiar a candidatura do Dr. Pedro Santana Lopes, por considerar ser a melhor opção para a nossa Cidade. Efetivamente, tinha razão, porque os figueirenses também assim escolheram.-----

Entendi, em democracia, apoiar um candidato que não era o do Partido Socialista, e o senhor fez-me um ataque pessoal?!"-----

Pois bem, apoiarei sempre quem eu quiser e em consciência. Não recebo recados de ninguém e a intervenção escrita fui eu que a proferi."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.



JOÃO RAUL PORTUGAL: "O deputado municipal, Gonçalo Andrade Oliveira, tem um contrassenso muito grande nas suas intervenções. Afirma que só não apoiou relativamente ao último candidato, mas veio aqui criticar uma avença do tempo anterior ao candidato das últimas eleições. Então, porque não falou quando lá estava no Partido Socialista? Desculpe, mas estamos baralhados!-----
Era bom explicar-se para nós percebermos se está lá alguma avença que não conheçamos e, de facto, tenhamos aqui que nos redimir e talvez pedir desculpa por essa matéria.-----

O grupo municipal do Partido Socialista nem se iria pronunciar sobre este assunto das avenças do atual executivo, não fosse a intervenção do deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira.-----

Não me venha dizer que em doze anos de governação não concordou com os dois últimos, quando aqui traz casos concretos referentes aos dez primeiros anos de governação em que o senhor deputado apoiava o Partido Socialista!!!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não queria, por ora, falar das avenças, nem faço intenção de explorar muito o assunto, na linha do que afirmou o deputado municipal João Raul Portugal.-----

Mas não quero deixar de fazer só uma referência: não tive nada a ver com a intervenção do deputado municipal, Gonçalo Andrade Oliveira e, não estou com isto, a vincular-me ou a desvincular-me dela, porquanto, ele fez a sua intervenção livremente.-----

Agora, só quero registar um facto, porque são factos - pelo que eu vi, a página oficial do Partido Socialista partilhou o comunicado do Bloco de Esquerda sobre a matéria, e essa é a única nota que contrasta um pouco com aquilo aqui dito. Evidentemente, cada página é livre de partilhar seja o que for, mas como nunca houve nenhuma partilha, por exemplo, de um comunicado nosso, o facto de ter sido partilhado esse comunicado sobre as avenças pode ter alguma relevância política. No entanto, do que conheço da situação da Câmara, não houve nenhum abuso no tempo dos mandatos anteriores nessa matéria, embora diga, por vezes, até os presidentes de júri de prémios literários ganhavam mais do que qualquer avençado.-----

Aliás, nós iremos cumprir uma solicitação feita pelo Bloco de Esquerda, em meu entender muito interessante, que é o relatório dos trabalhos feitos pelos avençados. As pessoas, em regime de contrato de avença, devem apresentar os



relatórios dos seus trabalhos. Sem dúvida nenhuma!-----
Procurei se, de facto, tinha sido pedido também no passado, mas não encontrei nada, certamente porque a Internet às vezes apaga coisas.-----
Acho também interessante, não explorando o tema, a distinção entre avenças políticas e avenças não políticas. Por exemplo, uma funcionária do Turismo, mulher de um Chefe de Divisão da Câmara, que ainda recentemente entrou para o quadro, o anterior contrato de avença seria político ou não?! Considera-se avença política quando é da cor do executivo em funções, e deixa de ser política quando é da cor de quem está na oposição? São critérios que não são fáceis de estabelecer.-----

Na minha opinião, em todas estas matérias o importante é as pessoas agirem com lisura, sem ofensas, com correção e com contas no trabalho prestado. Avenças honoríficas ou de compensação, com certeza que não!-----

Só há um argumento que eu não consigo perceber de todo: é que as avenças sirvam para comprar votos.-----

Quem o utiliza dá a entender que considera isso natural, ou seja, se alguém tiver uma avença é provável que vote a favor daquilo que não concordava se não tivesse a avença. Isso para mim é um argumento que considero absolutamente impróprio e inadequado a qualquer pessoa de bem!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "O Bloco de Esquerda foi diretamente interpelado pelo grupo municipal da Figueira a Primeira, razão pela qual eu tenho de abordar três ou quatro pontos em resposta à intervenção do deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira.-----

Primeiro ponto - o Bloco de Esquerda estava onde sempre esteve, ao lado dos figueirenses e preocupado com a vida dos figueirenses. Sobre a escolha de comunicados, se são apropriados e quais são e quando são, são questões internas do Bloco de Esquerda, e só faltava que fosse de outra forma!-----

Segundo ponto - não abordar esta questão é o equivalente ao não abordar muitos outros aspetos dignos de serem abordados.-----

Terceiro ponto - não respondeu a nada do teor relativo a esse comunicado.-----

Quarto ponto - vou ter a liberdade de citar, embora não exatamente as palavras do senhor Presidente da Câmara que, há umas duas reuniões atrás, salvo erro, em resposta a uma deputada do Partido Socialista, e já não me recordo qual foi a questão, disse qualquer coisa como «estávamos a discutir questões do domínio da



ficção». E é exatamente isso que se passa aqui.-----
A colagem do Bloco de Esquerda ou os fretes que faz são do domínio da ficção. E tem aqui muitos deputados do Partido Socialista que podem confirmar isso.-----
Na última sessão desta Assembleia Municipal tinha levantado três questões sobre os contratos de avença. Considero que foram respondidas duas delas, a primeira com a publicitação no site da Câmara logo na altura, e a segunda, respeitante à publicitação dos relatórios dos trabalhos desenvolvidos pelos avençados, na sessão de hoje, o que me apraz registar.-----
Mas falta, ainda, uma questão, colocada nessa altura - a divulgação dos critérios que presidem às escolhas dos avençados.-----
Se volto a esta matéria, senhor Presidente, é porque sinto que temos os figueirenses preocupados com uma questão que implica 220.000 euros do Orçamento Municipal, e as respostas dadas à comunicação social, e cito As Beiras, foram relativamente vagas e imprecisas, quando o senhor Presidente afirmou ser metade desse valor. Daí, esta ser uma questão que gostaria de ver respondida.-----
As perguntas do Bloco de Esquerda mantêm-se no essencial: no presente contexto de forte crise económica, que sentido fazem algumas destas avenças numa Câmara Municipal com funcionários que, no âmbito das suas funções, poderiam realizar os mesmos serviços de forma, muitas vezes, mais relevante e próxima dos munícipes? E já agora, mal remunerados embora tal não seja culpa da Câmara, sabemos ser um problema nacional.-----
Senhor Presidente, sugiro-lhe que olhe à sua volta no seu dia a dia na Câmara e veja, de facto, aquilo que sabemos que já conhece por ser uma pessoa atenta: está rodeado de pessoas com muita experiência, com um know how técnico elevado em relação à maioria das matérias do dia a dia de uma Câmara, que desempenharão, na generalidade, as tarefas que estas avenças preconizam.-----
Dê uma hipótese ao verdadeiro serviço público e temos a certeza que sairemos todos a ganhar."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----
G - RELACIONAMENTO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL COM OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Só tem noção da saga de ser Presidente de Junta de Freguesia quem colabora muito de perto connosco.-----



Ao fim e ao cabo, ser Presidente de Junta é um prazer para nós. Temos o espírito de missão, que nos integra desde o primeiro dia até ao último dia em que deixamos de o ser e, portanto, fomos eleitos para o poder local do Concelho da Figueira da Foz.-----

Fazemos parte da instituição Câmara Municipal da Figueira da Foz e estamos aqui nesta Assembleia por inerência, ou seja, toda a comunidade figueirense aqui está representada pelos 14 Presidentes de Junta de Freguesia.-----

Evidentemente, o relacionamento que deve existir entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia deverá ser, porque assim todos o desejamos, de colaboração e parceria tendo em vista resolver os problemas e melhorar a qualidade de vida de todos os municípios.-----

Com esta noção e este espírito irei colocar uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara, que é só minha porque nenhum dos outros Presidentes de Junta tem conhecimento dela: senhor Presidente da Câmara sente-se confortável e satisfeito com o seu relacionamento com as Juntas de Freguesia? O relacionamento e a empatia que tem com os Presidentes de Junta de Freguesia é aquele que mais deseja e o mais confortável, no fundo, aquele que iremos esperar até ao fim do mandato?!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Em relação à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde apetecia-me responder-lhe com o que disse o Presidente da Junta de Freguesia de Tavadrede - o Presidente da Câmara diz que sim a tudo. É um exagero do Presidente da Junta de Tavadrede. É uma simpatia. Mas, de facto, nada melhor para ilustrar o relacionamento que tenho.-----

Conferi os últimos dois assuntos que tratei com o autarca de Vila Verde, desde há um mês/mês e meio para cá, e ele pediu desculpa por ter errado nos protestos que apresentou em relação ao Batel e à conta para a qual tinha sido transferido o dinheiro do apoio à obra da Calçada.-----

Eu quero ter com todos os Presidentes de Junta de Freguesia um relacionamento cada vez melhor, cada vez mais intenso. Agora, nem todas as pessoas são iguais, e num universo de 20 pessoas é natural que, às vezes, haja um relacionamento mais simpático com umas e menos simpático com outras. Tenho é de ser correto, cumprir o assumido e respeitar o que está estabelecido.-----

Perguntou-me qual o relacionamento que terei até ao fim do mandato. Entendo que deve haver pelo menos uma reunião presencial todos os meses com os Presidentes



das Juntas de Freguesia, com o executivo e com os dirigentes dos serviços, nas respetivas freguesias ou nas instalações do Município.-----
Depois, cada um tem as relações pessoais que tem, com uns rimo-nos mais e com outros menos, mas importante é tomarmos as decisões adequadas, como é evidente, aos interesses dos nossos munícipes.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: “Parece que eu e muitos de nós estamos muito mal habituados. Sou autarca há nove anos. O relacionamento com a Vereação e Presidentes de Câmara nos últimos oito anos habituou-nos mal.-----

Dou-lhe um simples exemplo: o anterior Presidente de Câmara falava mais e discutia sobre assuntos da Freguesia de Vila Verde durante uma semana do que eu com senhor durante um ano. Isto era habitual, daí a minha estranheza. E ao dizer isto, não estou contra ninguém, nem tenho nada contra si.-----

Estou aqui a representar a minha comunidade e tenho de a defender até onde eu puder mas, sobretudo, para colaborar com o Presidente da Câmara, Vereadores e com os engenheiros, enfim, com quem participa no poder local. Quanto maior for o bom relacionamento entre o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta mais benefícios o Concelho da Figueira terá. Penso que estaremos todos de acordo com isso.-----

Agora, evidentemente, nem todos somos iguais. Estou a tentar pedir que possamos, de facto, ter um relacionamento que nos permita a todos nós trabalhar juntos.---

O batel é uma história que já vem do ano passado.-----

O batel «Sal do Mondego» está a navegar o rio Mondego porque a Junta de Freguesia de Vila Verde assumiu essa responsabilidade e vontade, pois ele estava a apodrecer na Marina da Figueira da Foz. Foi essa vontade que nós demonstrámos ao órgão Câmara e ao anterior Presidente da Câmara. Na altura, entendeu-se que se devia salvar um barco único em risco de desaparecer totalmente, e fez-se uma reparação, dentro daquilo que era possível, para pôr barco a navegar.-----

Após a tomada de posse do novo executivo, eu abordei a situação do batel e pedi que a Câmara o mandasse reparar para poder navegar com a máxima segurança. O batel não é nosso, é do Município da Figueira da Foz e, se este entender que não deve ser arranjado, nós devolvemo-lo à Câmara!-----

Contudo, não é isso que nós queremos, até porque o batel faz parte da imagem, costumes e tradição de Vila Verde, única Freguesia a usar aquele tipo de barco



no passado.-----
Para além disso, toda a gente que tem tido a possibilidade de fazer um passeio naquela embarcação afirma que ela deve ser preservada.-----
No início do ano, o orçamento para a reparação era de 25.000 euros, nada foi feito e, neste momento, ascende aos 30.000 euros, como o senhor também sabe. Parámos, perdemos 5.000 euros! -----
O batel já podia ter sido reparado, estar em seco e ainda não está. O processo continua a arrastar-se e não sabemos quando será reparado. A única pessoa na Figueira da Foz habilitada a reparar a embarcação, já tem mais de 70 anos de idade e, a qualquer momento, esperamos que não, pode ter a incapacidade de fazer a reparação do batel.-----
Portanto, isto não é pedir nada de mais, é uma urgência não só para Vila Verde mas também para o Concelho da Figueira da Foz.-----
Todos queremos dar a conhecer o que é bom da Figueira da Foz, e temos uma riqueza que nunca foi explorada (e aqui a carapuça serve a quem servir): a Ilha da Morraceira é um dos melhores legados e uma das melhores visitas que se pode fazer no Concelho da Figueira da Foz. Possivelmente, muita gente a desconhece, mas os estrangeiros vêm cá, os biólogos vêm estudar a Ilha da Morraceira, e não precisam de perguntar a ninguém.-----
Estou aqui de alma e coração a fazer um pedido. Não estou aqui a reclamar nada que eu ache que não seja próprio. Espero que o Presidente da Câmara não fique aborrecido por eu ter levantado algumas questões.”-----
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----
PRESIDENTE DA CÂMARA: “Não vou maçar a assembleia, nem cometer a deselegância de dizer, enfim, quanto tenho estado, em que circunstâncias tenho estado, e o trabalho desenvolvido com o Presidente da Junta de Vila Verde. Não vou entrar por aí! Não vale a pena!-----
Tive ocasião de dizer ao Presidente da Junta de Vila Verde aqui há semanas, e como a mensagem é minha reproduzo-a - compreendo que ele esteja triste e agastado politicamente, mas a culpa não é minha do que aconteceu no Partido Socialista, é do povo e das mudanças que democraticamente houve num partido.----
Que ele esteja agastado, aborrecido, que se dirija a mim sempre em termos menos próprios... Paciência! Quem o ouça parece que nunca fala ou trata connosco.-----
A Câmara Municipal transferiu o dinheiro para os materiais do Batel e está assinado o relatório dos 19.650 euros para um senhor Manuel Gião, para ser pago



o resto.-----
No Verão disse ser melhor não se fazer naquela altura, porque o barco ainda circulou. E está constantemente a falar deste assunto...-----
O Presidente da Junta de Vila Verde foi a uma reunião connosco e com a Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão há dois meses, onde insistiu que para Vila Verde era preciso construir a Ponte do Eurovelo. Senhor Presidente a obra fica ligada a si. Garanto-lhe que votamos na Assembleia a favor.-----
Na última reunião com a Vice-Presidente e o Vereador já veio dizer que, agora, já era mais importante a ligação à autoestrada.-----
É difícil ser Prior numa Freguesia destas, em que as pessoas dizem uma coisa, depois dizem o seu contrário, dizem uma coisa no seu partido, depois dizem outra coisa a nós!!! Esta é a realidade! Tenho aqui por escrito!-----
A Vice Presidente tem tratado diretamente das transferências e dos pagamentos, o Presidente da Junta de Freguesia contacta connosco e protesta, depois pede desculpa porque não sabia que já estava transferido!!!-----
Eu não tenho a culpa do que aconteceu. Santa Maria! Não fui eu que escolhi quem dirige agora o Partido Socialista, ou quem mudou!-----
Agora não podemos, de facto, fazer mais ou violar a lei. O executivo procura responder a todo o momento, na medida das suas possibilidades.-----
Mas falando ainda do batel, afirmou que ele estava a apodrecer. Se estava a apodrecer e tinha tão bom relacionamento com o executivo anterior, porque não resolveu o assunto antes? Ou o batel só estava a apodrecer depois de nós tomarmos posse?!-----
Isto tudo passa das marcas, e o Presidente da Junta de Vila Verde dedicou-se à provocação política. Tenho tido uma paciência de Jó para não responder aos termos em que se me dirige.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: “Tenho pena de chegar à conclusão de que tinha toda a razão.-----

Não posso, nem aceito que me diga que eu tenho atitudes menos corretas com o Presidente da Câmara.-----

Isso eu não posso admitir, tanto mais que na sessão solene da Assembleia de Freguesia de Vila Verde me foi dito que, em matéria de relacionamento e respeito como falava com o Presidente da Câmara, era dos Presidentes de Junta que mais



respeito tinha com ele.-----
Agora, estar aqui a fazer tipo jinga jogas, não! Eu não vou entrar por aí e, portanto, termino aqui a minha intervenção.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H - PLANO DIRETOR MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Edgar Pedrosa Gonçalves.-----

EDGAR PEDROSA GONÇALVES: “Já aqui falei por diversas vezes sobre o Plano Diretor Municipal, elemento fundamental da organização do nosso Concelho.-----
É evidente que os Vereadores do Partido Socialista e do Partido Social Democrata andam completamente desorganizados no que diz respeito ao Plano Diretor Municipal.-----

O Plano Diretor Municipal é uma ferramenta delicada, complicada, restritiva e demorada. Podemos classificá-lo como a Matemática, quando estudamos: é uma disciplina chata para alguns, mas muito interessante para outros quando sabem dominar, entender e perceber.-----

Na reunião de Câmara passada, o Chefe de Divisão, João Martins, na sua apresentação da abertura de procedimento da 8.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal foi esclarecedor. Explicou bem a matéria, aliás, explicou a matéria em duas reuniões daquele órgão.-----

A política, por vezes, baralha os juízos e confunde o entendimento desta ferramenta que é o Plano Diretor Municipal. Só posso entender que, nesta matéria, qualquer um dos Vereadores da oposição não percebe nada do que disse nas suas declarações de voto. Foi utilizada a expressão interesse estratégico municipal! O senhor Presidente de Câmara questionou qual era a norma já prevista no Plano Diretor Municipal que permite o proposto nesta abertura de procedimento. Não ouvi respostas...-----

Há pouco, viram bem, mas podem não ter reparado o que foi à reunião de câmara foi a abertura do procedimento da 8ª Alteração do Plano Diretor Municipal. Abertura de procedimento! Não entendo!-----

Este executivo e o Departamento de Planeamento e Urbanismo informam que o Plano Diretor Municipal pode ser melhorado com a aplicação de uma norma já existente em alguns Municípios como Leiria e Aveiro, e que hoje estão a crescer exponencialmente. E os cinco Vereadores votaram contra a abertura de um procedimento! Vão-me desculpar, mas esta atitude de não permitir que seja



apresentada e se discuta uma norma que vai ser analisada por todos os munícipes, pelo executivo e vereadores da oposição e por esta Assembleia Municipal, é mau e difícil de entender!...-----

Ouvi com atenção as palavras do Vereador Ricardo Pedrosa Silva afirmando que votaria favoravelmente a uma alteração do Plano Diretor Municipal, desde que, o executivo cumprisse as promessas eleitorais relativamente ao mesmo.-----

Se bem me recordo, o Plano Diretor Municipal foi alterado em 2017, e anteriormente, tínhamos um Plano Diretor Municipal de 1994. Qualquer Plano Diretor Municipal deve ser revisto no prazo máximo de 10 anos, o que aconteceria em 2004. O senhor Vereador recorda-se onde estava entre 2001 e 2005?-----
Demorámos 23 anos a rever o Plano Diretor Municipal de 1994!!! Considero o de 2017 melhor, mas com muitos lapsos, falhas que prejudicam o Município e o investidor.-----

Temos de viver com este Plano Diretor Municipal até 2027, data da próxima revisão, mas acho importante proceder a alterações pontuais e necessárias. Por isso, considero importante voltar a falar sobre este assunto na próxima reunião de Câmara e entendo que todos os deputados municipais aqui presentes deveriam ter uma opinião sobre nesta matéria."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - TROUPE RECREATIVA BRENHENSE - TEATRO TABORDA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Faz hoje um ano, usei da palavra nesta Assembleia para falar da Troupe Recreativa Brenhense - Teatro Taborda, tendo feito um apelo que, infelizmente, não teve feedback por parte de Vossas Excelências.-----

Com a tempestade Lesley esta coletividade centenária viu o seu telhado ficar em estado preocupante e, apesar de este, em parte, ter sido restaurado pelos seus associados, ainda há uma outra parte do mesmo em risco de queda. E, até aos dias de hoje, não recebeu qualquer apoio por parte do Município, vá-se lá saber porquê!?"-----

Senhor Presidente, gostaria muito que mandasse averiguar os motivos e ajudasse esta associação centenária possuidora de um património cultural que não merece ser abandonado e destruído."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nestas



primeiras palavras, quero regozijar-me pelo seu rápido regresso já em boa forma. Desde que o deputado municipal Manuel Rascão Marques abordou o assunto da Troupe Recreativa Brenhense - Teatro Taborda, os serviços conferiram e verificaram não ter dado entrada na Câmara Municipal nenhuma solicitação de apoio, existindo apenas uma deliberação de maio de 2018, concedendo um apoio de 5.000 euros para beneficiação da sua sede.-----

Contudo, procuraremos agir em conformidade com o que foi dito.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - BALNEÁRIOS E SANITÁRIOS DO EDIFÍCIO MUNICIPAL ONDE ESTÁ INSTALADA A ASSOCIAÇÃO «CASA»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Também há um ano referi aqui a urgência de se arranjam os balneários e sanitários do edifício municipal, repito, edifício municipal onde está instalada a Associação «Casa».-----

Esta Associação presta serviços relevantes à comunidade, de forma voluntária, substituindo-se ao Estado. Devido à situação excepcional que já vivíamos o ano passado, mas que agora se está a agravar, a sua ação tem aumentado por causa do aumento de procura por parte de pessoas carenciadas e do empurrar, por parte dos serviços sociais do Município, de situações que lhe competiam resolver e não o fazem, não se entendendo porquê.-----

Estas pessoas necessitam de ser tratadas com dignidade e precisam de tomar um banho para se sentirem melhor, e até ter melhor apresentação para se candidatarem a um emprego.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, isto não é um donativo, é um investimento, e muito pequeno para os milhões de que tanto se fala.-----

O número de sem abrigos na Figueira da Foz está a aumentar! Se o Estado não é capaz de resolver este problema, então há que ajudar quem sabe e se dedica a esta causa de forma abnegada e gratuita.-----

Para quando a existência de um refúgio temporário de emergência para pessoas sem abrigo? Esta é uma resposta fundamental inexistente no Município, que deixa os técnicos impotentes para lhes facultar um teto, porquanto, são utentes sem qualquer rendimento na maioria das vezes.-----

É V.Ex.^a, senhor Presidente, quem diz frequentemente que vivemos uma situação excepcional. Então, ajude a resolver estas questões com brevidade, pois assim



auxilia quem está verdadeiramente a viver momentos excecionalmente tristes.”----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA BRÁS: “A Câmara Municipal há já algum tempo definiu uma nova forma do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo da Figueira da Foz. Temos um núcleo técnico que faz o acompanhamento dos sem abrigo. Hoje mesmo, está até a decorrer uma reunião com um grupo técnico mais restrito.-----

Os sem abrigo aqui na Figueira da Foz não aumentaram, sendo, praticamente, o mesmo número do ano passado, só que são números que são flutuantes. À medida que vamos integrando os sem-abrigo em habitação, mercado de trabalho e na sociedade, outros sem abrigo afluem à Cidade. E isto deve-se a vários fatores: porque a cidade tem a praia, tem alguns prédios devolutos e torna-se apelativa para as pessoas. Alguns são sem-abrigo por questões de vida, por estilos de vida.-----

Estamos atentos e têm-se dado as respostas possíveis.-----
Eu tenho tido algumas conversas com o Presidente da Associação «Casa», ainda esta semana lhe foram entregues 150 Kg de alimentos e, obviamente, estamos abertos ao diálogo para encontrar as melhores soluções para esta problemática.”-

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Senhor Presidente da Câmara, agradeço os seus esclarecimentos, mas V.Ex.^a delegou na senhora Vereadora uma matéria que não foi respondida e tem a ver com a Associação «Casa». A Vereadora Olga Brás falou de um assunto que eu não abordei...-----

Eu referi que a Associação «Casa» é um edifício municipal, com os balneários degradados, e pedi, tal como já tinha pedido o ano passado, que o Município da Figueira da Foz recuperasse esses balneários, por forma a dar mais dignidade aos utentes daquela Associação.-----

A Vereadora Olga Brás também não me respondeu em relação aos sem abrigo.-----
Falou do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo que teve início no executivo anterior, existe há cerca de três anos e continua sem resposta habitacional.-----

E, portanto, eu fiz uma pergunta e gostava de ter uma resposta: para quando a existência de um refúgio temporário de emergência para pessoas sem abrigo?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A Vereadora Olga Brás não mencionou, mas o programa Home Now contempla oito casas a ser intervencionadas, a que nos candidatámos e houve aprovação. Quando refere um centro específico para os sem abrigo, pronto,



tomamos boa nota dessa indicação.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA BRÁS: “A «Casa» é uma Associação localizada num bom espaço no centro da nossa cidade.-----

Não obstante a intervenção, tenho algumas dúvidas relativamente a isso e tenho estado a pensar. O novo modelo de gestão de casos do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo, que nós afetamos há relativamente pouco tempo, foi elaborado até com a Associação «Casa», e a intervenção nesse bloco causa-nos alguns constrangimentos, porque além da referida Associação estão lá mais oito coletividades.-----

No anterior executivo, e digo isto sem qualquer pendor crítico, quando encerraram o Sítio das Artes, para alocar ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, saíram dali várias associações e foram integradas naquele edifício.-----

Entretanto, as candidaturas da Câmara à Bolsa Nacional de Alojamento Transitório Urgente já foram aprovadas, já foi feito o contrato de financiamento, e vêm dar resposta. Além disso, houve recompra de algumas casas do Bairro de Brenha e temos uma outra habitação que dá para cinco pessoas. Portanto, estamos a dar resposta com as frentes que temos à nossa disponibilidade.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Tomei boa nota quanto à questão dos balneários e, no próximo ano, se Deus quiser, não estará aqui a fazer a mesma chamada de atenção, certamente estará cá, mas não terá razão para a fazer.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Espantou-me a falta de sensibilidade da Vereadora Olga Brás, perdoe-me, quando quis dizer de uma maneira um bocadinho encapotada, que alguns sem-abrigo o são porque querem. E eu não aceito esta visão do mundo.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO JUNTO AO MERCADO MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Qual o ponto da situação do projeto do estacionamento coberto com ligação direta ao Mercado Municipal, anunciado também há mais de um



ano pelo Presidente da Câmara?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O eclodir da guerra na Ucrânia levou a uma mudança de política que nos foi comunicada pela concessionária e, principalmente, pelo Fundo que é responsável ou a quem pertence na sua maioria a empresa concessionária do estacionamento na Figueira da Foz.-----

E a mudança consiste no facto de se irem empenhar menos na construção e estarem mais interessados em contratos só de concessão. Portanto, a hipótese admitida de fazerem a construção e a exploração foi afastada, conforme nos disse o Presidente desse Fundo, por considerarem mais arriscada a construção, talvez pelos receios que a guerra e o espetáculo que se vende diariamente provocam nas pessoas, pela destruição do edificado.. Seja como for a realidade é esta.-----

Mas esta não é a única questão em relação ao estacionamento, pois, há deveres que não estão a ser cumpridos pelo concessionário do estacionamento, nomeadamente, a regularização da situação dos funcionários que têm de estar munidos da autoridade necessária para o exercício da atividade de fiscalização, concedida pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, cujo Presidente é o Professor Doutor Rui Ribeiro.-----

E a empresa de estacionamento não tem ainda esse processo completo. Como se recordarão, há cerca de um ano, eles instigaram-nos a completar uma decisão da Câmara e da Assembleia Municipal, que estaria em falta no respetivo Regulamento, por forma a poderem atuar plenamente, digamos, assim. Depois de tudo conferir, fizemos saber que quem estava em falta era a empresa concessionária e não a Assembleia Municipal ou a Câmara Municipal. Desde aí, a situação não está ainda regularizada.-----

Este é um problema complexo que temos em cima da mesa. Ainda ontem recebi uma carta muito interessante de um munícipe a falar-me sobre a realidade do estacionamento desordenado na Figueira da Foz. O estacionamento em dupla fila não é uma realidade só deste Município, infelizmente, acontece em muito lado, mas, de facto, este relacionamento com a concessionária, repito, é um dos assuntos complexos em cima da mesa, e não por causa desse estacionamento.-----

Há a hipótese de serem utilizados lugares de estacionamento do Edifício «O Trabalho», e há outra hipótese em relação ao edifício mesmo contíguo ao Mercado que está para ser construído e com processo para apreciação no Departamento de Planeamento e Urbanismo, podendo ser afetos três dos seus andares para



estacionamento de superfície com ligação direta ao Mercado.-----
Proporcionaria cerca de 140 lugares de estacionamento, não envolvendo a
necessidade de trabalhos no subsolo, em relação aos quais, de qualquer modo,
temos o Laboratório Nacional de Engenharia Civil a fazer os devidos estudos até
para nos habilitar a qualquer tipo de intervenção na zona ribeirinha ou na
marginal, mas também para avaliação ali do subsolo, tal como aconteceu com a
obra do Jardim Municipal."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - OBRAS NA PONTE EDGAR CARDOSO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Mafalda Reis
Azevedo.-----

MAFALDA REIS AZEVEDO: "A propósito da obra em curso na Ponte Edgar Cardoso e dos
consequentes condicionamentos na sua circulação, parece ao Partido Socialista
ser da maior importância que sejam feitos alguns esclarecimentos adicionais.----

Ao dia de hoje a circulação já se encontra condicionada a apenas duas vias de
trânsito, mas a dois meses de encerrarem a circulação na Ponte, praticamente por
um período de dois anos, merece a nossa especial preocupação garantir que a A17
se afirme como uma verdadeira alternativa.-----

Já tinha sido avançado que as portagens serão gratuitas a partir de fevereiro.
Serão para todos? Em que horário? Em que percurso?-----

Porque, nestes últimos meses e nestas últimas semanas, tem saído realmente muita
informação, e queremos perceber se será apenas durante o período em que a Ponte
estiver encerrada, ou seja, o período da noite, e somente entre o nó da Figueira
da Foz e o do Paião/Marinha das Ondas.-----

Porque a ser esta a solução não nos parece a mais adequada. Em primeiro lugar
porque entendemos que a circulação deve ser gratuita a partir do nó de Quiaios e
não do nó da Figueira da Foz, porque se for só a partir deste último teremos os
pesados a descer na Estrada Nacional 109, a seguirem para a A14 e daí para a
A17, e como o nó de acesso à A14 não tem via de aceleração, teríamos filas de
trânsito para entrar na autoestrada.-----

Em segundo lugar, a saída no nó do Paião/Marinha das Ondas irá desviar um enorme
fluxo de trânsito, nomeadamente pesados de mercadorias, para o meio das
povoações, com todos os riscos que também daí advêm.-----

Portanto, para o Partido Socialista a alternativa deve ser o nó do
Carriço/Louriçal.-----



Senhor Presidente, apelamos, por isso, que dialogue com a Infraestruturas de Portugal, S.A. no sentido de que a A17 seja gratuita para todos, 24 horas por dia, para quem entrar em Quiaios e sair no nó do Louriçal/Carriço, e vice-versa. Quanto aos condicionamentos já em curso, parece que havendo apenas duas vias de trânsito, uma para cada sentido, a circulação de pesados de mercadorias constitui um risco acrescido, razão pela qual apelamos também no sentido de os veículos pesados de mercadorias deixarem de circular na Ponte já neste período. - Sublinho: a Ponte Edgar Cardoso é a única ligação direta com a margem Sul do Mondego, um terço da população vive lá, temos o Hospital Distrital na margem Sul, uma grande parte da nossa indústria também está localizada a Sul do Concelho sendo, portanto, fundamental encetar todos os esforços possíveis junto da Infraestruturas de Portugal, S.A., da Brisa e do Governo para dirimir todos os problemas que, a partir de fevereiro, o fecho da circulação da Ponte inevitavelmente provocará."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Mafalda Reis Azevedo.-----

MAFALDA REIS AZEVEDO: "Senhor Presidente da Câmara Municipal, por lapso, esqueceu-se de responder à minha questão em relação às obras na Ponte Edgar Cardoso e em que termos é que a alternativa da A17 se iria afirmar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Tomei boa nota de todas as sugestões que fez. Garanto-lhe que na questão da Saúde, da circulação, no domínio daquilo que esperamos da decisão do Governo e do Instituto da Mobilidade Terrestre, da gratuitidade, da alternativa na Marinha das Ondas, da questão de Quiaios e das outras medidas para evitar a circulação nas vias, nós não fizemos nada menos do que foi acordado pelo anterior executivo com a Infraestruturas de Portugal, S.A.----- Na área da Saúde, vamos ter o Centro de Saúde de Buarcos aberto 24 horas por dia, vamos utilizar outro espaço ou não, mas eu gostava de lembrar que esta obra é da responsabilidade do poder central, o Hospital é da responsabilidade do poder central, e a área da saúde, em parte, é da responsabilidade do poder central.-----

Em relação a médicos e enfermeiros não temos responsabilidade. O poder central, de facto, devia ter garantido e deve garantir nas terras onde intervém a substituição dos equipamentos e infraestruturas que de si dependem.-----

Uma vez mais, são as autarquias que estão a acorrer, como aconteceu com o Covid-



19, e se vão chegar à frente. Estou a trabalhar com o Hospital Distrital da Figueira da Foz para garantir que a margem Norte, toda a zona Norte do Concelho, quando precisa de recorrer ao hospital, tenha praticamente todos os serviços deste lado.-----

Relativamente ao barco movido a energia elétrica, só falta um papel do Instituto da Mobilidade e dos Transportes. Pode arrancar hoje ou amanhã de Barcelona e deve chegar dentro de dias. A outra embarcação para a travessia entre as margens que vem de Aveiro, com capacidade para cerca de 80 pessoas, o procedimento está feito e esperamos que chegue no princípio da próxima semana.-----

Mas eu tomo boa nota de todas as suas sugestões e peço também ao grupo municipal do Partido Socialista, que tão boas relações têm com o Governo - façamos braço dado na pressão para termos as boas decisões que faltam. Olhe, nomeadamente, em relação ao Hospital de onde vão chegando notícias preocupantes em relação ao que se pode vir a passar e, também, em relação à capacidade do Hospital Universitário de Coimbra face às intervenções que vai ter...-----

Do que ouvi, pareceram-me boas sugestões, assim elas possam ser cumpridas e levadas a cabo.-----

Há uma estratégia para ajudarmos o Primeiro Ministro e o Ministro das Obras Públicas a cumprir o que nos prometeram - a obra não começa sem estar decidida a gratuitidade alternativa. Se vamos falar agora de outras entradas, não sei se isso prejudica. Vamos ver."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M - PLANO LOCAL PARA A INCLUSÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Mafalda Reis Azevedo.-----

MAFALDA REIS AZEVEDO: "Em 2019 foi apresentado o Plano Local para a Inclusão das Comunidades Ciganas, que procura combater todas as formas de discriminação e corrigir as desigualdades sociais. Este Plano continua hoje tão atual e necessário como em 2019, uma vez que se têm acentuado os episódios de xenofobia no nosso Concelho.-----

Por isso mesmo pergunto: o que é feito deste Plano? Está a ser executado? Há verba destinada para a prossecução dos objetivos que dele constam? Ou se está realmente já a ser desenhado um novo Plano, uma vez que este tem a data prevista de duração até 2022?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Brás, com a prévia



anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA BRÁS: "Também somos sensíveis à questão suscitada pela deputada municipal, Mafalda Reis Azevedo, sobre o Plano Local para a Inclusão das Comunidades Ciganas.-----

Temos vindo a executar este Plano, com os objetivos específicos de promover medidas de não discriminação e o combate ao anti ciganismo. Alguns eixos ainda não estão concretizados e outros já estão executados. Se quiser, eu posso facultar-lhe documentação a si ou à Vereadora Diana Carina Rodrigues.-----

Portanto, as coisas estão a ser tratadas e, dentro de algum tempo, o Plano Local para a Inclusão das Comunidades Ciganas estará concluído."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Senhores deputados municipais, eu sei que há um ou outro partido que ainda tem tempo, mas o senhor Presidente da Câmara já não tem tempo para responder. Irá fazê-lo no segundo tempo e não sei se conseguirá responder a todas as questões que lhe colocarem.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Edgar Pedrosa Gonçalves.-----

EDGAR PEDROSA GONÇALVES: "O grupo municipal da Figueira a Primeira, como ainda tem tempo, pode disponibilizá-lo ao Presidente da Câmara."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Não. Não pode."-----

A esta altura, o Presidente da Câmara manifestou o seu mais profundo desagrado pelo facto da funcionária afeta ao Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal ter manifestado a sua opinião, referindo mesmo que neste mandato da Assembleia Municipal já tivera tempo cedido pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Estamos a tentar respeitar o Regimento. Os senhores deputados têm todo o interesse em ouvir a resposta, portanto, se eles assim o entenderem o senhor Presidente vai ter o seu tempo, no segundo tempo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "O Regimento não impede que, de facto, se possa ceder tempo para a presidência.-----

No Parlamento, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, passam para o Governo o tempo. Recordo-me que, no anterior mandato, o Partido Socialista até chegou a dar tempo à Coligação Democrática Unitária para uma resposta qualquer.-
Se o senhor Presidente da Câmara não tem tempo, responde no segundo tempo, mas



se há um grupo municipal que disponibiliza o seu tempo, do nosso ponto de vista, não há aqui nenhuma ilegitimidade em cederem os sete minutos.-----
Se responde agora ou no final com o tempo do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, isso já não sei, mas por nós não há qualquer inconveniente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "se calhar, não me fiz entender.-----
O Regimento tem um tempo próprio para as respostas do Presidente da Câmara. Os deputados municipais que fizeram as perguntas querem ter uma resposta. Então, no final, eu devolvo ao plenário da Assembleia Municipal a decisão de conceder mais tempo ao Presidente da Câmara. É assim que eu entendo.-----
A Mesa só pode controlar os tempos de intervenção desta forma. Não há outra hipótese.-----

Mas faça favor, deputado municipal João Raul Portugal que tem mais experiência, podemos todos aprender com a sua experiência."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.
JOÃO RAUL PORTUGAL: "Eu não tenho mais experiência que ninguém, eu tenho menos experiência que o senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----
Desculpe lá, eu estou a emitir a minha opinião e o senhor a sua. Estamos só nesse campo.-----

Se o Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira ou qualquer outro grupo municipal tem tempo e o pretende ceder ao Presidente da Câmara, do meu ponto de vista o Regimento não o impede. Não está aqui em causa a Assembleia Municipal dar tempo.-----

Aliás, já fizemos isso no passado com a Coligação Democrática Unitária.-----
Eu não tenho aqui o Regimento comigo, mas fui, com outros deputados aqui presentes, uma das pessoas que esteve na sua elaboração, e parece-me que nada impede a cedência do tempo.-----

Eu estou a dizer isto para que, se no futuro voltar a acontecer, seja até uma matéria que possa não suscitar dúvidas.-----

De qualquer forma, se entender colocar à consideração dos grupos municipais deixar o Presidente responder às perguntas depois de ter terminado o seu tempo regimental, tudo bem. Porém, em meu entender, seria mais correto utilizar o tempo do grupo municipal que lho disponibilizar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Já li o Regimento por diversas vezes e nada diz sobre os grupos municipais darem tempo ao Presidente da Câmara Municipal.-----



Está definido um tempo para o Presidente da Câmara e um tempo para cada força política ou grupo de cidadãos eleitores, como o deputado municipal bem sabe, porque até trabalhou na sua elaboração.-----

Portanto, eu estou a tentar cumprir o Regimento. O que me compete é, no fim, sabendo que há respostas para dar e os senhores querem ser esclarecidos, ouvir o plenário sobre dar tempo para essas respostas. E é o que sempre tenho feito.”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Exprimo todo o respeito pessoal e institucional por V. Ex.^a, mesmo quando não concordo consigo.-----

Não tenho presente o Regimento da Assembleia da República, mas quero registar também a correção democrática do deputado municipal João Raul Portugal e o exemplo que ele referiu. Por vezes, na Assembleia da República até se costuma brincar porque os adversários cedem tempo a adversários.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Aqui nesta Assembleia, já partidos cederam tempo a outros partidos. Mas o Presidente da Câmara tem um tempo e, agora, nesta segunda parte, vai ter mais dez minutos.-----

Se os esgotar sem conseguir responder a tudo, eu volto a consultar este plenário para saber se lhe querem dar mais tempo para ouvir todas as respostas e esclarecimentos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: “Não leve a mal eu intervir, porque do meu ponto de vista o Regimento não impede a cedência de tempo ao Presidente da Câmara, mas respeito a sua opinião.-----

A Conferência de Líderes pode avaliar esta matéria e, se todos estiverem de acordo, rever o Regimento.-----

Eu elaborei o Regimento, mas não o tenho na cabeça, aliás, da mesma forma que as pessoas que vão à Missa aos domingos não tem a Bíblia na cabeça! O senhor sabe os artigos todos de cor? Eu não! Desculpe lá, não me leve a mal, mas é um bocado incorreto responder-me dessa forma! Senão qualquer dia tenho medo de usar da palavra sob qualquer matéria.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “O deputado municipal João Raul Portugal já cá está há mais tempo que eu e sabe bem quantas vezes, no tempo do Dr. João Ataíde e do Dr. Carlos Monteiro, me perguntaram por que razão o Presidente da Câmara tinha mais tempo para intervir do que as forças políticas.-----

É muito fácil falar daí desse lado, agora, para haver equidade, devia vir para



aqui, pois quando as pessoas mudam de posição acabam por entender a posição do outro lado.-----

Não tenho nada contra si, mas, de facto, o Regimento não contempla esta situação de se ceder tempo ao Presidente da Câmara.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Senhor Presidente tanto eu como os deputados municipais ouvimos todas as suas opiniões sempre com todo o respeito.-----

Neste momento, confesso que não fiz nada por isso. Tomo boa nota daquilo que disse. O meu silêncio, provavelmente, deveu-se a isso.”-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO, PELO PERÍODO DE 180 DIAS, FORMULADO POR TEOTÓNIO PAULO DE JESUS CAVACO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “A Mesa tem em seu poder um requerimento de Teotónio Paulo de Jesus Cavaco, deputado municipal eleito pelo Partido Social Democrata, solicitando a continuação da suspensão do seu mandato.-----

Em 07 de junho de 2022, este deputado municipal solicitara a suspensão do seu mandato por 180 dias, com fundamento em razões da sua vida pessoal e políticas, o qual terminou no dia 04 de dezembro de 2022, solicitando, agora, a suspensão por mais 180 dias (aduzindo os mesmos motivos), os quais terminarão em 02 de junho de 2023.-----

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atualizada, o pedido de suspensão, devidamente fundamentado e indicando o período de tempo em que se pretende interromper o mandato, é enviado ao presidente do órgão e apreciado pelo plenário na sessão imediata à sua apresentação.-----

É entendimento perfilhado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e subscrito pela sua Diretora de Serviços, que a suspensão do mandato de eleito local, como o seu próprio nome indica, não faz cessar o mandato, sendo apenas uma forma de interrupção do mesmo. Contrariamente à renúncia, não é um direito de que gozam os eleitos, mas apenas uma faculdade cujo exercício depende da expressa autorização que o respetivo órgão autárquico conceda. -----

Alguém pretende usar da palavra? Não! Então coloco à votação o pedido de suspensão por mais 180 dias do mandato do deputado municipal Teotónio Paulo de



Jesus Cavaco.”-----
**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes o membro do Partido Socialista, Susana Oliveira Monteiro, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, apreciou e aprovou, por unanimidade, o pedido de suspensão de mandato por mais 180 (cento e oitenta) dias, com efeitos reportados a 04 de dezembro de 2022, formulado por Teotónio Paulo de Jesus Cavaco, deputado municipal eleito pelo Partido Social Democrata.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----**

**4.2 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DA
INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “A páginas trinta e um/trinta e dois deste documento, na Divisão de Promoção e Animação Turística, fala-se de isenção de taxas e apoio financeiro e logístico, discriminando os respetivos valores, mas nunca é referida a entidade que foi apoiada.-----

Entretanto, saúdo a disponibilidade do Presidente da Câmara de aditar um documento complementar a este, na medida em que continuamos a lutar com aquela dificuldade imensa da falta de atas que ainda não foram aprovadas. Aqui faltam as duas reuniões de outubro, as três de novembro e, pelo menos uma de dezembro.- Mas ao ler este documento complementar eu apenas encontro lá o que aconteceu em relação à Homenagem a Manuel Fernandes Tomás, ou seja, achei-o muito minimalista em relação àquilo que, de certeza, a Câmara fez e não foi nele vazado.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Continuaremos a tentar melhorar. Houve um lapso ao qual não lhe sei responder na página que referiu.-----
Quanto à atividade toda da Câmara, ela está vertida, de facto, na lista das decisões.-----

Como disse a senhora deputada, no meu entender faltava uma informação do Presidente da Câmara com a consideração política, ou seja, a sua apreciação da situação do Município. Procurarei melhorar, mas, pronto, já se deu um passo ou dois.”-----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DAS PRAIAS DO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ABERTURA DO PROCEDIMENTO E PARA A PLURIANUALIDADE DOS ENCARGOS

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a abertura de um procedimento de Concurso Público com Publicidade Internacional, para a Contratação de Serviços para Limpeza e Manutenção das Praias do Concelho da Figueira da Foz, pelo prazo de execução de doze meses, com possibilidade de renovação por iguais períodos até ao limite de trinta e seis meses, cujo valor de despesa estimada é de 887.412,00 € (oitocentos e oitenta e sete mil quatrocentos e doze euros), acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado no montante de 204.104,76 € (duzentos e quatro mil cento e quatro euros e setenta e seis cêntimos), perfazendo o valor global de 1.091.516,76 € (um milhão noventa e um mil quinhentos e dezasseis euros e setenta e seis cêntimos).-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 09 de novembro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, ripristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril e aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua última redação:---

1 - Autorizar a abertura do procedimento de Concurso Público com Publicidade Internacional, para a Contratação de Serviços para Limpeza e Manutenção das Praias do Concelho da Figueira da Foz, pelo prazo de execução de doze meses, com



possibilidade de renovação por iguais períodos até ao limite de trinta e seis meses, cujo valor de despesa estimada é de 887.412,00 € (oitocentos e oitenta e sete mil quatrocentos e doze euros), acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado no montante de 204.104,76 € (duzentos e quatro mil cento e quatro euros e setenta e seis cêntimos), perfazendo o valor global de 1.091.516,76 € (um milhão noventa e um mil quinhentos e dezasseis euros e setenta e seis cêntimos);-----

2 - Autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com a celebração do contrato destes serviços pelos anos económicos de 2023 a 2026, os quais não poderão exceder:----

- Ano económico de 2023 - 242.559,28 € (duzentos e quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta e nove mil euros e vinte e oito cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

- Ano económico de 2024 - 363.838,92 € (trezentos e sessenta e três mil oitocentos e trinta e oito euros e noventa e dois cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

- - Ano económico de 2025 - 363.838,92 € (trezentos e sessenta e três mil oitocentos e trinta e oito euros e noventa e dois cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

- - Ano económico de 2026 - 121.279,64 € (cento e vinte e um mil duzentos e setenta e nove euros e sessenta e quatro cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.2 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2023-2027 E ORÇAMENTO PARA 2023

Foram presentes as Grandes Opções do Plano para 2023-2027 e o Orçamento para o ano de 2023, documentos que ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património - Serviço de Contabilidade deste Município, e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

Foram também presentes a proposta de orçamento e as Normas de Execução Orçamental, documentos que se dão aqui por integralmente reproduzidos constituindo, respetivamente, os anexos números um e dois à presente ata.-----

Estes documentos foram votados favoravelmente, na reunião extraordinária de Câmara de 30 de novembro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Era para ser a Vice-Presidente a apresentar as Grandes



Opções do Plano e Orçamento, mas está afónica e não tem condições de o fazer, daí ter pedido a palavra.-----

Estas Grandes Opções do Plano e Orçamento surgem na sequência da votação em sede de reunião de Câmara e do debate feito, depois de um processo com tensão democrática, confrontação de opiniões, expressão de críticas, formulação de propostas, consideração de propostas e aceitação de algumas críticas.-----

Eu gostaria de lembrar, tal como a Vice-Presidente o faria, seguramente, que o Município foi vítima de um ataque informático em pleno processo de conclusão do Orçamento e de início de reuniões quer com outras forças políticas, quer com os Presidentes de Junta.-----

E a esse propósito quero dar uma palavra a todos os funcionários do Município, nomeadamente da área da informática, pela enorme capacidade revelada em recompor todo o sistema e em salvaguardar tantos ficheiros quanto possível, e foi a grande maioria deles.-----

Muitos dos objetivos subjacentes a estes documentos são, com certeza, comuns a todos nós. Todos queremos tornar a Figueira da Foz uma cidade altamente indispensável pelo saber, inovação e investigação, nomeadamente em determinadas áreas especificamente ligadas ao mar, à floresta e ao ambiente, no fundo, ligadas a domínios onde a Figueira da Foz, pela sua realidade natural, é especialmente habilitada.-----

Para além do que já aconteceu no Concelho com a vinda da Marefoz, e a procura do desenvolvimento de frentes de investigação também no setor empresarial, que muito quero saudar, no dia 20 de dezembro teremos a abertura do Campus da Universidade de Coimbra na Figueira da Foz.-----

Na estratégia subjacente a este documento está a procura de uma cidade altamente recomendável para se viver e passar férias no Verão, ou fora dele. Torná-la cada vez mais agradável a vários títulos, com boa programação cultural e boa prática de muitos desportos e, neste sentido, fazer o necessário para apoiarmos e facilitarmos a prática de desporto, que cada vez mais se vai vendo pelas diferentes freguesias e também na sede do Concelho, antes de os cidadãos irem para os seus trabalhos e depois de saírem deles.-----

Queremos, ainda, uma cidade altamente sustentável nas rotas para a descarbonização total, se possível, até 2030 e também nas poupanças energéticas. Acompanhando as grandes metas do desenvolvimento sustentável do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e de outros programas, partilhados por quem



mais se preocupa com estas causas, acabámos de confirmar esta semana a junção de princípio, a ser confirmada pelos órgãos do Município, a 100 cidades europeias que apostam e aceitam o desafio a trilhar para esta descarbonização até 2030.--- Pretendemos, ao fim e ao cabo, desenvolver uma cidade universitária, terra de água e da água, terra de história geológica única no mundo, terra de sol, sal, serra, arroz, lagoas, floresta, património, cultura, flamingos e da Morraceira.- Aproveito para vos dizer que hoje, mais ou menos à hora do almoço, começaram a ser colocadas as placas de trânsito/sinalização (estavam há meses para chegar) a sinalizar o caminho para a Ilha da Morraceira, carecida do programa de intervenção, conservação e proteção que sabemos. Mas, procurando destacá-la, estamos a trabalhar com as Infraestruturas de Portugal para nas estradas que deles dependem poder também estar assinalado caminho para esta joia, como ainda há pouco foi evidenciado na intervenção de um dos senhores deputados.----- Uma terra de moinhos, aquacultura, piscicultura e de arte xávega serve de vela a uma terra com Casino, de gastronomia excepcional, coletividades, festas, procissões, formação técnica especializada e escolas exemplares em muitos domínios, mas também a uma terra sem um sistema de saúde adequado, sem cuidados continuados nem paliativos devidamente estruturados e organizados para as pessoas que deles precisam, sem o devido pessoal médico.----- Noutro domínio, terra com um Porto comercial ainda longe do necessário, sem zonas industriais prontas para receber já investidores e empresas que criem emprego e gerem riqueza, mas também uma terra com uma malha industrial boa, com atratividade para o turismo de várias índoles e, agora, também com atratividade reforçada, como tenho podido constatar com as pessoas que venho recebendo e falando.----- Uma atratividade muito forte para investimentos na área da transição energética, nomeadamente relacionados com o hidrogénio verde e que resultam daquilo que todos devemos estar cientes.----- Na linha das deliberações do Governo do Primeiro Ministro António Costa, daquilo que assentou com o Presidente Macron e com o Presidente do Governo Pedro Sánchez, do futuro gasoduto de Celorico da Beira, que passará por Zamora, Barcelona até Marselha, mas onde a ligação interna terá um posto relevante aqui na Figueira da Foz.----- O que junta outras componentes do nosso tecido industrial a projetos para cá previstos, quer offshore a 15 e 17 quilómetros da costa, quer on-shore, porque a



produção de hidrogénio e dos seus derivados - amoníaco ou butanol - necessita de áreas onde possam ser instalados sistemas de produção de energias renováveis, exigindo terrenos adequados para o efeito.-----

Ainda ontem recebi investidores espanhóis que compraram muito terreno em Cantanhede, mas também querem estar aqui perto do Porto da Figueira e querem, nomeadamente negociar com a empresa BioAdvance ou com os seus proprietários, o grupo Isidoro, que ali na zona da antiga Alfacenter têm aqueles silos que podem acolher investimentos muito significativos, se houver o devido desassoreamento naquela zona do rio.-----

A procura do nosso Concelho por empresas que querem fazer esta produção de hidrogénio, mais o projeto ligado a uma das papeleiras na área da produção do novo combustível para aviões, desenvolvido também com outros países europeus, nomeadamente a Alemanha, e de que o Secretário de Estado José Galamba e o Ministro da Economia têm falado também connosco, são investimentos muito significativos, nomeadamente offshore na zona de Lavos e outras.-----

A nossa plataforma, por vezes tão criticada por outras razões, segundo eles, tem características especiais muito próprias para servir de amarra a essas plataformas que procurarão trabalhar a energia das ondas, a energia solar, a energia eólica, enfim, todas essas energias que contribuirão para esta transição.-----

Cada cidade tem mais ou menos importância em função daquela que é a realidade de cada período histórico!-----

O que aconteceu com a guerra na Ucrânia, a consciencialização do que tem de ser a independência energética, não só na área energética, mas também na área da produção em vários domínios, e na área alimentar da zona civilizacional em que vivemos, nalguns domínios fez, de facto, implodir um processo de deslocalização de empresas fortíssimo, quer da própria China, quer da Europa de Leste, e daí também a procura de zonas para implantação dessas indústrias aqui no nosso território.-----

A área deste Concelho, deste Mondego litoral, tem também de ser respeitada pela comunicação social, no modo como trata a Figueira da Foz. A sua importância, os seus projetos, a sua realidade, o seu dia a dia nas notícias, não pode ser equiparada a outros concelhos com uma dimensão bem diferente.-----

Há pois uma estratégia para as Grandes Opções do Plano e para este exercício de 2023, mas ela tem sempre de ser a democratizar o investimento e a distribuí-lo



com equidade pelo território concelhio.-----
Por exemplo, Seiça e a sua zona envolvente, uma obra que está a andar bem e tudo aquilo que ela nos deve exigir de criatividade, ou seja, capacidade de transformarmos a recuperação de uma quase ruína numa zona de fortíssima atratividade para os vários tipos de turismo que nos procuram.-----
Também, como já tive ocasião de mencionar, o Pavilhão do Clube Recreativo Instrução Alhadense, ou noutro plano muito importante, a Ponte Eurovelo ou o Cabo Mondego, são investimentos significativos, para referir alguns dos mais pesados que beneficiarão, com certeza, diferentes áreas do Concelho.-----
O que tem sido as injunções, por exemplo, dos Presidentes das Juntas de Alqueidão, Maiorca e de outros nesta área do arroz. Fizemos ontem a Conferência e hoje começou a «disputa» onde deve ficar localizado o Museu do Arroz, sabendo, nós que no Alqueidão está a fábrica mais antiga do arroz.-----
Eu tive ocasião de dizer a um jornalista hoje de manhã, o que nós vamos divulgar não é o arroz, mas sim a ligação do arroz carolino à Figueira da Foz, quando muitas vezes é ligado a outros concelhos.-----
Cada um cuida de si e nós temos de cuidar daquilo que é nosso!-----
Também gostava de sublinhar solenemente, perante a Assembleia Municipal, a vontade de não contrair financiamentos por causa de projetos que resultem ou de ideias ou de iniciativas só minhas. Ou o Município tem recursos para esses projetos, ou eles não avançam. Outra coisa é estar de acordo e participar em decisões de contração de financiamentos em projetos de responsabilidade coletiva, e não só de iniciativa de um, ou de um grupo político que tenha responsabilidades no executivo camarário, ou não.-----
E é bom a este propósito lembrar que lidamos com uma inflação brutal, um disparatado aumento dos custos das matérias-primas, dos serviços e bens essenciais. Tudo e todos pedimos aumentos como se estivéssemos num tempo de normalidade. Pois não estamos!-----
Apesar de alguns sinais de controlo da inflação (como sabem novembro ficou nos 9,9, segundo os números disponibilizados pelas notícias de hoje), a Reserva Federal Americana aumentou a taxa de juro só 50,05, e não na dimensão que estava prevista. É neste quadro que temos de decidir a alocação de recursos!-----
Tenho a noção que muitas ruas e avenidas da Cidade, da Zona Urbana e da Zona não Urbana precisam de tapetes novos, mas como não há dinheiro para todos temos de fazer escolhas.-----



Vamos fazer algumas intervenções, algumas respeitantes aos compromissos de 2022. Já procurei explicar várias vezes as razões do atraso, com culpa própria também, mas foram assinados hoje: a consignação da intervenção na Rua das Rosas, se não estou errado no Paião, e começarão também rapidamente as pavimentações de várias ruas na Zona Urbana.-----

Afirmar aos Vereadores do Partido Socialista, ao Vereador do Partido Social Democrata, e digo, agora, aos deputados municipais: nenhum dos compromissos assumidos para 2022 entra nas contas dos compromissos para 2023! Essa foi uma questão de princípio sublinhada e assumida!-----

Portanto, todas as intervenções que tinham de ser feitas, eu diria que, neste momento, elas estão quase todas prontas, mas gostava de lembrar o seu custo. De facto, os sustos todos que apanhámos, a diferença e o que levámos ao longo do ano todo com revisões de preços e propostas de equilíbrio económico...-----

Só o que ouvi ontem do Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e dos meus outros colegas Presidentes de Câmara sobre a proposta, via Associação Nacional de Municípios Portugueses, da Entidade Reguladora para o aumento da Tarifa de Tratamento de Resíduos Sólidos, no sentido de este ano ser dezasseis vezes superior!!!-----

Neste momento, está em equação saber se é mais económico sair da ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A., pagar eventuais indemnizações e fazermos aterros conjuntos, ou continuarmos nesta empresa sujeitos a estes aumentos, absolutamente sem limite, de entidades reguladoras que depois escrevem de modo expresso: imputem aos municípios.-----

É neste quadro de profunda preocupação que essas propostas são apresentadas. Ninguém a nível central ou local anuncia ou tem algum gosto de anunciar a possibilidade/previsibilidade de orçamentos rectificativos. Mas nós temos a noção que um orçamento sendo, por natureza, um instrumento previsional, num ano como este estaremos sujeitos ainda a maiores incertezas do que é costume.-----

Por isso mesmo, o nosso trabalho de captação de financiamento a 100% é fundamental. O Programa 2030 está agora a ser fechado, vai ter uma base de decisão ainda mais regionalizada do que o Programa 2020.-----

Há questões em aberto como saber se, por exemplo, as obras que temos de fazer ao abrigo da delegação de competências, nomeadamente em escolas, vão entrar para a percentagem atribuída a cada município, ou não. É uma questão chave a ser decidida por todos nós, municípios, no relacionamento com o Governo e também num



quadro de relacionamento, nem sempre muito compreensível, entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----
Às vezes, é preciso fazer uma grande ginástica para estarmos em todo o lado a conhecer todas as decisões tomadas no tempo certo.-----
Para terminar e como já aqui foi falado, vamos ter um ano marcado pelo forte condicionamento à circulação na Ponte Edgar Cardoso, o que junto com as obras no Núcleo Histórico, entre outras, será causa de muito considerável transtorno.----
Também a este propósito não podemos deixar de referir as preocupações que causam as notícias sobre o Hospital Distrital da Figueira da Foz. Apesar de toda a boa vontade da sua Administração, do excelente relacionamento que temos com eles, é bom lembrar que as obras na Ponte Edgar Cardoso são da responsabilidade da Administração Central, que deveria ter assegurado, a tempo, o necessário para obstar às consequências desta obra.-----
E falo da Administração Central, não do Governo! Tenho experiência de vida suficiente para saber que situações destas, nomeadamente em obras em concelhos, não acontecem só com um Governo, infelizmente acontecem com a generalidade deles.-----
É, portanto, uma proposta de Grandes Opções do Plano mas, principalmente de um Orçamento para um ano em que não podemos prescindir de encarar e assumir iniciativas e realizações que alimentam muitas famílias figueirenses, nomeadamente na área do turismo, entretenimento, espetáculo, e que permitam reforçar a atração e a possibilidade de muitos visitarem o nosso Concelho e de nele permanecerem.-----
Refiro, ainda, que estão previstas com recurso a financiamento a definir, como tecnicamente se diz, quer a possível aquisição do Cabo Mondego, quer a Ponte Eurovelo, que constituíam uma linha vermelha para o Partido Socialista, conforme foi dito em reunião de Câmara.-----
Da minha parte e da parte dos meus colegas de executivo, considero qualquer destes investimentos muito importantes, e assim tenhamos todos a capacidade de trabalhar em conjunto para chegarmos a bom porto.-----
Estou constantemente a ver, e a aconselhar-me com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e com o Ministro do Ambiente, qual o melhor programa para apresentarmos nova candidatura à Ponte do Eurovelo, independentemente de podermos apresenta-la a



financiamento, ou não, se for esse o resultado da convergência entre todos nós. É uma obra que tem e deve ser feita!-----

Considero, pessoalmente, que o Cabo Mondego é um investimento muito importante para o Concelho, mas, como tive oportunidade de falar com todos os líderes representantes das forças políticas e, principalmente, com Presidente da Assembleia Municipal, penso ser um processo a ser acompanhado e partilhado por todos para não termos nenhum percalço, que possa pôr em causa aquilo que é sentido de modo especial pela generalidade dos nossos municípios.-----

Em relação ao reforço de 15% nas transferências para as Juntas de Freguesia, compromisso assumido em reunião de Câmara, ainda ontem e hoje estive a trabalhar com a Dr.ª Sofia Canas no encontrar da forma jurídica adequada para o fazer.----

Como sabem, as transferências ao abrigo das delegações de competências têm de ser comunicadas à Direção-Geral das Autarquias Locais até 30 de junho do ano anterior. Por isso, tentamos encontrar o fundamento jurídico que permita esse reforço de 15% neste exercício orçamental, sem problemas para nenhum de nós.----

Os outros compromissos assumidos serão autonomizados aquando da incorporação do Saldo de Gerência, mas está escrito e aceite por nós."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Neste ponto da Ordem de Trabalhos, eu vou-me abster em consonância com o grupo municipal do Partido Socialista.-----

No entanto, gostaria que a Câmara Municipal pudesse dar informação aos Vilaverdenses, que nos veem à distância, e também a esta assembleia, do que investiu em obras ou em alguma outra coisa, no ano de 2022, em Vila Verde."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Para além da questão do Batel, gostava de lembrar o subsídio, decidido logo no início do ano, em relação às obras no Pavilhão de Vila Verde, para além do apoio solicitado para a obra na Calçada, e de outras mais pontuais que podem ser referidas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Manuel Fernandes Domingues, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADOR MANUEL FERNANDES DOMINGUES: "Ao longo do ano, fui conversando sempre com o Presidente da Junta de Freguesia sobre as obras.-----

Efetivamente, como o Presidente das Câmara referiu, as pavimentações estão agora a entrar, digamos, em velocidade de cruzeiro, porém, o tempo não tem permitido



as máquinas começarem a entrar em força nas vias a reparar.-----
Há outros pontos que foram sendo desenvolvidos ao longo do ano e nunca foi recusado ao Presidente da Junta qualquer informação, nomeadamente na chegada de um estudo de tráfego para uma possível via estruturante para a entrada em Vila Verde.-----

E as reparações das vias definidas no ano passado estão em andamento e, como o Presidente da Câmara afirmou, todas elas são para honrar.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Eu não vou cair no debate de perguntar quais as obras feitas no exercício dos anos anteriores. Tenho a certeza que o Presidente da Junta colocou a mesma pergunta todos os anos do mandato anterior.-----

Há de se lembrar da decisão sobre o piso do Pavilhão de Vila Verde.-----

Ficou assinado a 13 de dezembro o contrato para a reparação de duas vias em Vila Verde, cujo nome não me consigo recordar, e espero que essas obras comecem ainda antes do final deste ano, se a empresa não fugir.-----

Como sabem, depois de tudo adjudicado há empresas que não comparecem... Nós temos estado a contactar diretamente com as empresas, pedindo-lhes a rápida entrega dos documentos de habilitação. Tem sido uma luta constante.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: “Eu sou responsável da Freguesia de Vila Verde e, quando me perguntam o que foi feito os fregueses não acreditam. Por isso quis que quem nos está a ver pudesse realmente ouvir a resposta diretamente da parte da Câmara. E a minha pergunta foi sobre obras.-----

Uma obra é algo que muda a face de uma rua, de um jardim, seja o que for. Em meu entender, uma obra é aquela que muda a face de uma Freguesia.-----

Todos os dias a Junta de Freguesia faz obras, todos os dias a Câmara ajuda a fazer pequenas obras. Isso é o trivial do dia a dia.-----

Em Vila Verde, eu não ouvi da parte da Câmara Municipal dizer que tinha sido feita obra ou, pelo menos, aquilo que eu considero ser obra.-----

Considero obra a colocação pela Junta de 100m de Calçada junto à sua nova sede e que, pela primeira vez, lhe permitiu comemorar o Dia da sua Freguesia com maior dignidade. Em termos de apoio - pedimos o apoio de 1590 euros para a Calçada.---

Na minha opinião, as coletividades não podem ser incluídas no mesmo bolo das Juntas de Freguesia. Longe de nós estarmos a juntar coletividades com Juntas de



Freguesia! Isso não pode acontecer em lado nenhum!-----
Se a Câmara ajuda o grupo Recreativo Vilaverdense para o piso do pavilhão? Ah, pois deve ajudar! O Grupo Recreativo Vilaverdense tem, neste momento, não só uma história, mas graças a si, senhor Presidente da Câmara, como todos nós sabemos, tem hoje grandiosas instalações.-----

Portanto, todas as coletividades do Concelho da Figueira da Foz, e não só ao Grupo Recreativo Vilaverdense, fazem um serviço extraordinário e, muitas vezes, não são reconhecidas por aquilo que fazem. Integram milhares de figueirenses a trabalhar em prol de toda a comunidade sem qualquer contrapartida, a não ser por vezes um abraço.-----

O próprio Governo não dá a devida importância às coletividades e, do meu ponto de vista, já devia ter há muito tempo, no mínimo, criado uma Secretaria de Estado das Coletividades.-----

Vejam a amplitude dos milhares de coletividades existentes no país! Vejam a amplitude da cultura, do recreio e do desporto que elas criam neste país! E a carapuça sirva a quem servir!-----

E eu agradeço o apoio que o Município deu ao Grupo Recreativo Vilaverdense.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Só para referir o nome das duas ruas a interencionar em Vila Verde, porque há pouco não me lembrava.-----

Portanto, temos a beneficiação das Ruas das Feteiras e do Poço Novo, um investimento de 62.807 euros, com Contrato assinado e publicado no Portal Base, consignação agendada para 18 de dezembro, e início dos trabalhos em janeiro de 2023. Mas, como prometi, vou fazer tudo para o seu início ser ainda este ano.---

O Vereador Manuel Fernandes Domingues pediu-me para lembrar o Parque Infantil junto à Junta de Freguesia, mas não vamos entrar por aí... Eu compreendo.-----

«Obra é obra e o que não é obra é quando não há obra» como diria La Palice...”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.-----

JOSÉ FERNANDO CORREIA: “Sobre o documento orçamental gostaria de colocar dois ou três pedidos de esclarecimento.-----

Até porque, no essencial, do ponto de vista, como agora se diz, do buzz político a questão está resolvida, e ver-se-á na execução do Orçamento Municipal se vamos poder ter os resultados que todos gostaríamos de ter do ponto de vista da concretização.-----



De todo o modo, os meus dois pedidos de esclarecimento são, porventura, um bocadinho redundantes. Eventualmente, já na reunião de Câmara onde o documento foi aprovado isto pode ter sido abordado, mas isso também resulta deste regime um pouco estranho em que o próprio órgão executivo dos municípios é ele próprio uma espécie de Parlamento.-----

A minha primeira questão era tentar compreender qual é exatamente o estatuto orçamental, se assim me posso exprimir, dos 5,4 milhões de euros inscritos no Orçamento sob a epígrafe «dotação a definir».-----

Segundo creio, eles são basicamente o Cabo Mondego, a Ponte do Eurovelo, uma viatura para o Corpo de Bombeiros Sapadores e a Zona Industrial do Pincho.-----

Pergunto isto porque esta forma de apresentação é uma forma nova. Não estou a sugerir que é um crime lesa Município, nem um desrespeito pelas melhores regras orçamentais, mas, seja como for, isto não era feito assim.-----

Em tempos recentes, sempre que era inscrito um valor no Orçamento sob uma epígrafe parecida com essa («verba a definir») aquilo que estava subentendido é que depois, no Saldo de Gerência, esse montante seria acumulado. Ou seja, encontrar-se aí receita que financiaria esse tipo de intervenções que estavam nesse «limbo».-----

Aqui não é assim! O Saldo de Gerência já lá está todo, ou quase todo - 11,5 milhões de euros. Portanto, o excedente que ele porventura tenha acomodará as propostas do Partido Socialista, mas não estes 5,4 milhões de euros. Para que elas sejam concretizadas, terá de se recorrer a outros recursos, passo o pleonasma.-----

Portanto, um pedido de esclarecimento que confirme, por assim dizer, que estamos a falar destes quatro investimentos (Cabo Mondego, Ponte do Eurovelo, viatura para o Corpo de Bombeiros Sapadores e Zona Industrial do Pincho), e que tipo de recursos está a pensar mobilizar para os executar.-----

A segunda questão tem a ver com a circunstância de o Orçamento não incluir, e talvez devesse ou pudesse incluir, um elemento de contingência que, evidentemente, o ano 2023 pode trazer - a questão de um eventual reequilíbrio financeiro da Concessionária das Águas, eu calculo que em função da não atualização dos tarifários decidida.-----

Eu bem imagino que possa estar na mente do executivo municipal tentar compensar o concessionário através de outras formas, que não necessariamente o reequilíbrio financeiro, em todo o caso, uma menção a essa contingência seria, a



meu ver, adequada ainda que pudesse não estar quantificada.-----
Eu compreendo a delicadeza de quantificar, designadamente se se puder abrir um processo negocial. Eu compreendo essa delicadeza, mas, no mínimo uma menção à existência dessa contingência, eu suponho seria bem-vinda até porque, se lermos encontramos nos textos menção a outro tipo de contingências. Por exemplo, a possibilidade de as taxas de juro subirem e, conseqüentemente, o encargo da dívida municipal poder vir em 2023 a ser maior do que o previsto, está lá dito. E bem! Mas esta outra não está, e a meu ver talvez fizesse algum sentido!-----
Uma nota final e com isto termino para me solidarizar com aquilo que o Presidente da Câmara acabou de referir a propósito de um tratamento um bocadinho, aqui e além mais rude, por parte da ERSUC - Resíduos Sólidos, S.A.---
É um Governo do Partido Social Democrata e do CDS - Partido Popular, em circunstâncias, bem sei, muito difíceis, que faz a privatização da Empresa Geral de Fomento e ipso facto das ERSUCs todas do país e, tanto quanto um conjunto de especialistas afirmam, por valores muito abaixo do valor real do conjunto de participações.-----
E tanto assim é, e o senhor Presidente sabê-lo-á, que das primeiras coisas que o grupo económico adquirente no processo de privatização da Empresa Geral de Fomento fez, foi retirar lucros que tinham sido retidos da ERSUC - Resíduos Sólidos, S.A."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Pedro Miguel Jorge.-----

PEDRO MIGUEL JORGE: "O Presidente da Câmara elencou uma série de medidas previstas nas Grandes Opções do Plano a serem executadas neste Orçamento Municipal, de uma forma muito proficiente, como é óbvio, e muito bem integrada na conjuntura nacional e internacional dos tempos difíceis que vivemos. Ouvi-o com atenção.-----

Exprimo a minha concordância em relação a essa conjuntura e aquilo que a integra, mas a minha concordância para praticamente aí!-----

E se há medidas que em teoria posso vir a estar de acordo, parece-me que a situação atual e aquilo que está plasmado, sobretudo, no Orçamento, revela demasiada mera gestão corrente de processos de transposição de verbas de uns anos para os outros, sem grande enquadramento que não seja a mera cabimentação de rubricas para ver o que o futuro reserva.-----

E se também é verdade que tal é necessário num certo grau, mais uma vez, parece pouco não sair da mera gestão corrente, sem rasgo que permita sair um pouco



daquela modorra dos dias.-----

Por um lado, começamos a chegar a um tempo em que tenho de perguntar em que ponto estão as diversas promessas públicas e que implicações orçamentais terão. Está este executivo realmente empenhado em ir para além da mera gestão diária?--

Estão nesta categoria, por exemplo, o Aeródromo e o Parque de Estacionamento. No caso deste último, para ser mais específico, reparei que já há uma rubrica aberta no valor de 400.000 euros, salvo erro.-----

Vai realmente avançar com uma medida como esta, que se limita a trazer mais veículos para uma zona contígua a um Jardim Municipal, que deveria ser aposta de medidas enquadradas na chamada mobilidade suave, ou no usufruto dos espaços públicos pelos peões? É este o tipo de medidas que se propõe implementar?-----

É que esta é uma medida que choca de frente com uma política que deveria ser desenvolvida no sentido de se apostar no combate às alterações climáticas, tão prementes e necessárias e que as gerações mais novas começam justamente a reclamar.-----

Estamos numa Cidade e num Concelho em que só nos últimos cinco anos fomos devastados por uma tempestade tropical e por incêndios de violência extrema.----

Precisamos de mais provas? Estas políticas urgem senhor Presidente e dão-se com passos pequenos, mas seguros, sobretudo ao nível das políticas locais. E precisamos de vê-las aplicadas!-----

Por outro lado, não se notam ainda, apesar das considerações iniciais, especiais preocupações com a subida do nível de vida e problemas sociais agravados, que vão provocar mais pobreza e crescentes dificuldades, praticamente, a toda a população.-----

De resto, o Orçamento desce o seu valor. Sei que é por uma razão forte que tem a ver com poupança energética, mas ainda assim, o valor é menor.-----

Termino, insistindo que sem medidas concretas de apoio aos mais desfavorecidos e sem um envolvimento efetivo com uma política de futuro, que torne o Concelho mais preparado para enfrentar as dificuldades climáticas, económicas e sociais, enfermando excessivamente de vícios antigos, como a referida atribuição de avenças, não considero que seja desta forma que poderemos estar num verdadeiro serviço público a todos os figueirenses.-----

Por todas estas razões, o Bloco de Esquerda irá votar contra neste ponto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guerreiro Maia.-----



ISABEL GUERREIRO MAIA: "O Orçamento do Município da Figueira da Foz para 2023 é elaborado num contexto macroeconómico de grande incerteza e instabilidade – ainda em crise de saúde pública, a braços com uma crise energética e de matérias-primas, em plena guerra na Europa, a inflação em níveis repentinamente altos, os mercados e as taxas de juro com evoluções imprevisíveis.-----

O Orçamento de Estado prevê uma taxa de inflação de 4% para o final de 2023, sendo para o final de 2022 de cerca de 7,4% – de notar que a inflação no passado mês de outubro foi de 10,1% e de novembro cerca de 9,9%. No entanto, o Conselho de Finanças Públicas prevê para o final de 2023 um valor de inflação de 5,1% e o Fundo Monetário Internacional antecipa cerca de 4,7%, menos otimista, portanto, que o governo português.-----

As Grandes Opções do Plano apresentadas para o Município da Figueira da Foz preveem investimentos importantes de financiamento, cujos procedimentos, para submissão futura aquando da abertura dos avisos por parte do Plano de Recuperação e Resiliência ou pelo Portugal 2020/2030, estão na sua maioria com um grau de maturidade avançada, alguns com mais de 90%. Este trabalho invisível efetuado, neste primeiro ano de governação, constituirá um fator de eficácia com elevado impacto para o Concelho nos próximos anos.-----

O Orçamento para 2023 é caracterizado pelo rigor, prudência, realismo, maturidade de tomada de decisões, transparência, gestão eficiente de recursos, sendo estes princípios fundamentais da política orçamental do Município da Figueira da Foz, com o objetivo do equilíbrio e da estabilidade orçamental, proporcionando a consolidação e sustentabilidade das suas contas.-----

Apesar dos enormes constrangimentos que o condicionam, o Orçamento demonstra a ambição de proporcionar aos figueirenses melhor qualidade de vida, a ambição de atrair mais população e, naturalmente, prosseguir no desenvolvimento económico e social do Concelho com o objetivo de reforçar a sua coesão territorial, captando e fixando o tecido económico local.-----

Falemos então de números: o Orçamento Municipal para 2023 atinge o montante de 78.634.917€, o que traduz uma diminuição de cerca de 5,63% relativamente ao de 2022.-----

De notar, em comparação com 2022, uma diminuição das receitas totais: apesar do aumento das receitas correntes (7,46%), verifica-se a diminuição das receitas de capital (-29,06%). Para compensar menores receitas, impõe-se que, na mesma percentagem, se reduza a globalidade da despesa, o que é alcançado sem



sacrificar a despesa corrente: esta até aumenta marginalmente (3,62%), mas, em contrapartida, a despesa de capital diminui em 17,15%. Uma solução que se afigura equilibrada e compreensível, face à conjuntura como solução face à redução da receita.-----

A análise da receita orçamental prevista para 2023 mostra que esta se reparte em 73% para a receita corrente - onde se destaca a rubrica de impostos diretos e de transferências correntes - e 27% para a de capital.-----

Os impostos diretos, sendo a principal rubrica da receita corrente, registam um acréscimo de cerca de 4,97%, tendo contribuído para este acréscimo em particular o aumento do Imposto Municipal Sobre Transações Onerosas de Imóveis. Um sinal da vitalidade do mercado imobiliário e de atratividade do Concelho, fruto de uma boa governação.-----

Vale a pena recordar que a estimativa dos Impostos Municipais assenta na média dos últimos 24 meses: ora, uma vez que este período inclui um ano de pandemia, em que a receita foi excepcionalmente afetada, a estimativa vê-se afetada.-----

Quanto à estrutura da despesa orçamental, esta reparte-se em 60,9% de despesas correntes e 39,10% de despesas de capital - em que 36,85% são transferências de capital.-----

Não deixa de ser curioso notar que, comparado com 2022, o Orçamento apresenta um decréscimo de cerca de 1 milhão de euros na área da cultura e turismo, onde se inscrevem a rubrica de promoção, animação turística-, o que só por si desmente a repetida (até quando?) acusação por parte da oposição de que este seria um mandato caracterizado por Festas.-----

Estima-se um saldo de gerência total de aproximadamente 15 M€: neste montante total, encontra-se um valor necessário de cerca de 11,5M€, composto de 50% para receitas correntes e 50% para receitas de capital. Os restantes cerca de 3,5 M€ resultam, em grande parte, da necessidade de salvaguardar uma margem de segurança da estimativa (pela imprevisibilidade da evolução da taxa de inflação, subida de salários, custos de energia etc.).-----

No decorrer da reunião extraordinária da câmara municipal de 30 de novembro de 2022, no âmbito da discussão e aprovação do orçamento para 2023, os senhores vereadores da oposição propuseram que, aquando da incorporação do saldo de gerência, fossem reforçadas as verbas para diversos apoios. Após a sua quantificação, constata-se que o seu impacto orçamental ascende, na sua totalidade, a 105 000 €.-----



Descrito o Orçamento elaborado pelo executivo camarário e apresentadas, de forma muito sumária, as propostas da oposição, o grupo municipal de deputados Figueira a Primeira (FAP) pretende apresentar as suas próprias recomendações ao Orçamento do Município para 2023.-----

Reconhecendo os méritos do Orçamento (pelo seu equilíbrio financeiro e pelas opções que assume), a Figueira a Primeira entende que é possível ir mais longe e recomenda o reforço das dotações de algumas rubricas, para fortalecer dois eixos estratégicos que fazem parte do seu programa, escrutinado pelos eleitores: primeiro, o eixo de Coesão Social, que contempla a Educação inclusiva e o apoio às famílias, saúde/vida saudável e programas de inovação social, e o segundo, o eixo Organização Municipal e Participação Cívica, que contempla os serviços municipais de qualidade, cidadania e segurança dos munícipes.-----

Recomenda-se concretamente:-----

1 - Contribuindo para uma Figueira mais inclusiva, é de considerar também o reforço das rubricas do Orçamento para concretizar a eliminação de barreiras arquitetónicas presentes em algumas escolas e em espaços públicos, como escadas, passeios, etc., desadequados a pessoas com mobilidade reduzida, incluindo a preocupação de colocar avisos sonoros para invisuais.-----

2 - A operacionalização de um programa inovador e de apoio às crianças e jovens com necessidades de saúde especiais e suas famílias, que frequentam as unidades de multideficiência do Concelho, traduzido em:-----

- apoio durante a componente letiva com terapias adequadas a cada indivíduo;----
- alargamento do horário de permanência nos centros de multideficiência;-----
- oferta de atividades na componente não letiva.-----

Este apoio terá como beneficiários diretos os utentes das unidades existentes no Concelho, contempladas na transferência de competências da Educação, e como beneficiários indiretos as suas famílias e toda a comunidade envolvente.-----

Permitirá, não só, uma mais-valia direta a cada criança ou jovem no seu desenvolvimento psicomotor e na sua saúde mental, como trará uma ajuda significativa a nível da economia familiar e do bem-estar e saúde da família. Para as nossas famílias esta seria uma medida de muito valor, mesmo sendo relativamente baixo o seu custo para o Município.-----

3 - Sendo a saúde e a segurança dos munícipes um dos pilares basilares do programa da Figueira a Primeira, não deve o Orçamento para 2023 ignorar que, nos próximos dois anos, as obras da Ponte Edgar Cardoso irão dificultar a



acessibilidade aos cuidados de saúde a uma franja significativa dos residentes no Concelho da Figueira da Foz, devido às limitações necessárias de acesso ao Hospital.-----

A Figueira a Primeira sugere que um centro de saúde da zona urbana/norte passe a funcionar em horário de permanência, pelo menos a título excepcional, durante as obras da ponte: só assim se poderá evitar que os doentes, impossibilitados de se dirigirem ao Hospital da Figueira, se desloquem massivamente para o serviço de urgência do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, que também deverá estar limitado pela realização de obras no serviço de urgência, anunciadas para o mesmo período.-----

A nossa total confiança no executivo camarário permite-nos acreditar na sua execução, ultrapassando todas as barreiras, através das melhores diligências junto da Administração Regional de Saúde e do Governo com vista à contratação dos profissionais de saúde necessários para a prestação destes serviços mínimos de triagem e atendimento permanente. Pensamos que o êxito dessa iniciativa poderá traduzir-se numa importante salvaguarda dos cuidados de saúde aos munícipes, que as demoradas obras de manutenção da ponte poderão pôr perigosamente em causa.-----

É importante que em primeiro lugar estejam as PESSOAS!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Apenas para colocar três pequenas questões.-----

Primeira questão - a transferência de competências nos domínios da Saúde, Ação Social e Educação, sempre foi uma preocupação do Partido Social Democrata, por entender que nunca vinha acompanhada do competente envelope financeiro.-----

Gostava de saber: o que está orçamentado nessa matéria vai ser ressarcido pelo Poder Central? Ou será, ainda, o Orçamento Municipal a suportá-las, alocando receitas próprias do Município a essas competências?-----

A segunda questão, tem a ver com o aumento de 6,31% da despesa com pessoal. Este aumento está relacionado com estas transferências de competências, ou com a reorganização dos serviços da Câmara?-----

Por fim, questiono: a previsão de aumento de receita de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis em 54,31%, não será demasiado ambiciosa atenta situação económica em que vivemos?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.



JOÃO RAUL PORTUGAL: "O grupo municipal do Partido Socialista vai-se abster nesta votação, em sintonia com as votações na Vereação.-----

Relativamente à concretização de obras nas Freguesias, em sede dessa reunião de Câmara, houve umas propostas do Partido Socialista e uma reivindicação que as obras de 2022, no valor de 1,200 milhão de euros, que transitaram para 2023 fossem, de facto, realizadas em 2023.-----

O Presidente da Câmara já confirmou hoje que toda a obra que estava orçamentada será executada em 2023.-----

Falámos, na altura, numa taxa de execução de 10%. Sabemos que foi publicada uma lista que desconheço, mas que tem 60%/70 de adjudicações. Tudo bem!-----

Mas relativamente às reivindicações e à lista apresentada pelo Partido Socialista para as Freguesias, segundo creio, ficou em reunião de Câmara de se confirmar que essas obras estavam efetivamente contempladas para 2023.-----

O Vereador Manuel Fernandes Domingues disse que sim, que o valor até era de 1,200 milhão de euros, mas nós temos de perceber se a realização dessa lista de obras nas freguesias está, de facto, prevista em 2023."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Em relação Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023, deixo algumas notas e motivos de preocupação que vou apresentar em sete parcelas, chamemos-lhe assim.-----

Relativamente ao Fundo de Financiamento da descentralização, preocupa-me a incerteza sobre se as dotações são ou não as adequadas para a concretização das transferências de competências, lembrando aqui que a Coligação Democrática Unitária sempre foi contra este processo por achar que ele iria pôr em risco a gestão dentro dos municípios.-----

As verbas transferidas pela Administração Central não serão diminutas face às exigências, nomeadamente não só no que à Educação e à Saúde diz respeito, mas com um particular enfoque na ação social?-----

A poupança corrente apurada ao abrigo da regra de equilíbrio orçamental prevista na lei, que é intenção da Câmara Municipal utilizar, no valor total de 7,5 milhões para o financiamento das despesas de capital, é igualmente merecedora de preocupação. Tenhamos, por exemplo, em conta a responsabilidade contingente descrita na nota introdutória do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, que se prende com o processo da Habiserve, no qual, e espero estar enganada, o



Município tem probabilidade de vir a ser condenado a indemnizar aquela entidade. A transferência para instituições sem fins lucrativos de 999.000 euros, menos cerca de 330.000 euros que em 2022, também me causa alguma inquietação. A Coligação Democrática Unitária sabe que muitas destas instituições são, frequentemente, a porta mais próxima e a mão mais chegada para acudir as necessidades. A redução de verbas poderá pôr em causa o seu normal funcionamento.-----

Para além disto e na minha opinião, a poupança corrente só deverá ser transferida após a satisfação das necessidades mais prementes da população. E aqui o executivo não está a ser demasiadamente otimista?!-----

Não considera o executivo que o aumento de 3,62% das despesas correntes, 1.677.040 euros, é assim quase exíguo face à conjuntura inflacionista? Ora, a conjuntura inflacionista só nos pode preocupar e nunca trazer motivos de descanso!-----

Para terminar, mais uma pergunta: qual a perspetiva da taxa de execução das receitas de capital e correntes para o passado mês de novembro que, provavelmente, já estará aprovada?-----

Irei votar contra estas Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023, por todas estas questões que se me suscitaram e apresentarei declaração de voto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Foi-me perguntado onde está contemplado nas Grandes Opções do Plano aquele que será o Plano de Investimentos de obras em Freguesias. No objetivo 33, entre outros, estão lá previstas as intervenções nas diferentes Freguesias.-----

Não quer dizer que não possa ser corrigido ao longo do ano. Vou só dar um exemplo, as obras de 2022 - comprometidas e que vão ser executadas - começaram em 1,2 milhões de euros e estão, neste momento, em 2 milhões de euros, pelas razões que bem conhecemos.-----

Sublinho e volto a dizer, estão inscritas as da lista apresentada para 2023 e as de 2022, sendo que várias destas obras serão ainda levadas a cabo ao abrigo do Orçamento de 2022 e do exercício previsto nas Grandes Opções do Plano para 2022.

Quanto à questão colocada pelo deputado municipal José Fernando Correia, sobre dotação a definir de 5,3 milhões de euros e que referiu que não costuma ser feito, ainda agora, estive aqui a ver noutros municípios essa referência.-----

Está nas regras previsionais, aliás, está previsto que possa ser inscrita assim.



E está, como o senhor deputado disse, de facto, para fazer face a contingências: a Ponte do Eurovelo, cujos valores já vão muito acima do previsto nas estimativas à volta dos 6 milhões de euros, também para o Cabo Mondego, a viatura dos Bombeiros Sapadores e a intervenção na Zona Industrial do Pincho, a qual vai começar, espero também, dentro das próximas semanas, e que já devia estar pronta, digo eu.-----

A contingência até podia ser referida em termos mais amplos, mas nós fazemos esta referência específica e esta quantificação, para respeitarmos os compromissos assumidos com aquelas que foram as solicitações e os tratos feitos com os Vereadores, ou mesmo, com os Presidentes de Junta de Freguesia.-----

O Orçamento de 2018 tinha 7,925 milhões de euros, e o de 2019 9,099 milhões de euros. Portanto, também não é novo na Câmara Municipal da Figueira da Foz!-----

Também na reunião de Câmara foi dito que tínhamos 500 rubricas a 10 euros e eu pedi para ver se nos anteriores tinha acontecido a mesma coisa, e tinha! Porque é a vida! Acontece a todos!-----

O Orçamento de 2018 tinha 371 rubricas a 10 euros, o de 2019 552 a 10 euros, e 2020 449 a 10 euros. Por vezes pensamos que somos originais e no final de tudo não somos. Somos uns copiadores sem correção!-----

O deputado municipal José Fernando Correia, referiu outras contingências, nomeadamente relacionadas com as taxas de juro e a questão de um eventual reequilíbrio financeiro da Concessionária das Águas, em função da decisão de não atualização dos tarifários.-----

Há de convir que a nossa possibilidade de intervenção em matéria de taxas de juro é bem menor do que em relação à questão da Concessionária Águas da Figueira, S.A.-----

Eu tenho a certeza que o administrador da Águas da Figueira, S.A. está a ouvir isto, e se não estiver alguém estará por ele, mas em relação a este assunto, eu prefiro seguir por agora esta estratégia de silêncio. Prefiro não dizer nada, e ele sabe. Vamos deixar passar tempo!-----

Nós temos de defender o Município e, neste momento, esta é para mim a melhor estratégia. O debate ocorrerá no seu devido tempo.-----

A memória que fez em relação à privatização da ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A., eu agradeço. É verdade! Referiu os valores baixos. Sei em que período foi feito. Eu lembro que também governos do Partido Socialista privatizaram vários recursos naturais, ou empresas gestoras de recursos



fundamentais para a vida em comunidade.-----
Agora, deputado municipal José Fernando Correia, em relação à propriedade privada acho que esta fase da história que vivemos talvez faça evoluir vários de nós.-----
A mim, pessoalmente, tem-me feito refletir bastante, eu diria até, se calhar nalgumas matérias, mudar a posição que tinha aqui há alguns anos sobre de quem deve ser a propriedade de recursos fundamentais para a vida humana e para a vida em comunidade. E não estou com isto a tentar captar o voto da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----
Deputado municipal Manuel Rascão Marques, pelas contas feitas, por exemplo, na área da Educação, julgo que o balanço é positivo. O saldo é positivo a nosso favor em cerca de 36.000 euros. Eu quero é contas certas e, por isso mesmo, por agirmos com boa-fé, aceitamos a transferência na área da Saúde em abril. Estamos entre os 27% dos Municípios que aceitaram. E vamos receber, já em 2023, na área da Ação Social 434.409 euros, na área da Saúde 652.692 euros, e na área da Educação 5.950.206 euros.-----
Do tempo que levo como Presidente da Câmara da Figueira da Foz neste mandato, posso dar o testemunho de boa fé neste processo por parte da Administração Central. Não posso dar outro. Se tiver outro, ouvir-me-ão refilar, bater o pé, protestar, insurgir... Mas são processos muito difíceis!-----
Agora, isto não invalida que vos diga que estou preocupadíssimo. Ainda anteontem ao telefone transmiti a quem de direito a minha preocupação com a situação na área da Saúde.-----
Estas mudanças são para bem, mas a nova entidade gestora, Administrações Regionais de Saúde, institutos ou entidades a criar nas áreas da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, eu não sei como vai ser isto em matéria de organização de funcionamento. Ainda é uma incógnita. Ponhamos velas e procuremos contribuir para que tudo corra bem!-----
E como disse, nomeadamente na distribuição de intervenções, entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, reuniões ao nível central, eu acho que a Saúde é área que está mais confusa e complicada, até na definição dos novos equipamentos a construir.-----
A área da ação social, apesar de tudo, tem corrido melhor.-----
Deputado municipal Pedro Miguel Jorge, o valor do Orçamento baixou porque este ano não temos o financiamento do programa da iluminação inteligente e, portanto,



há aí uma redução.-----
Congratulo-me e tomei boa nota das sugestões feitas pela deputada municipal Isabel Guerreiro Maia, na boa intervenção que fez.-----
Podemos fazer reforços em futuras alterações orçamentais, mas espero que, neste próximo exercício, não sejam, nem pouco mais ou menos, tantas como é costume, fazer. E estou aqui a correr um grande risco ao dizer isto, porque, de facto, a realidade num ano de tanta imprevisibilidade leva a isso.-----
Na próxima reunião de câmara vamos levar mais duas alterações orçamentais pequenas.-----
Em relação ao Parque de Estacionamento, eu acho graça ao que disse o deputado municipal Pedro Miguel Jorge. A democracia é isto! O deputado municipal do Partido Social Democrata pergunta pelo Parque de Estacionamento, e deputado municipal do Bloco de Esquerda diz que é melhor não fazer parque de estacionamento ao pé do Mercado, porque trará mais carros para o centro da cidade...-----
Não levará a mal que lhe diga que estou do lado da posição do deputado municipal do Partido Social Democrata, porque eu acho que é preciso haver estacionamento para as pessoas que vão às compras ao Mercado. E de bicicleta ou de mota irem com as compras todas para casa é quase impossível e perigoso!-----
Sinceramente, entendo que deve haver ali um estacionamento. Se for possível fazê-lo em altura tanto melhor, porque eu prefiro que não haja perfuração do subsolo.-----
O único que consegui fazer no meu mandato na Câmara de Lisboa, foi ali na Calçada do Combro, feito por arquitetos jovens da ExperimentaDesign e funciona muitíssimo bem.-----
Estou convencido que tal pode acontecer aproveitando uma iniciativa também privada.-----
Deputado municipal Pedro Miguel Jorge, em relação ao Aeródromo temos todos os pareceres favoráveis até agora, falta só apronúncia final da Força Aérea. Também os Municípios vizinhos, a quem saúdo, deliberaram, por unanimidade, nos respetivos órgãos, dar parecer favorável.-----
Ouvi a manifestação da intenção de sentido de voto dos diferentes grupos municipais.-----
Apesar de todas as tensões democráticas, algumas coisas mais compreensíveis, outras menos, não posso deixar de me congratular antecipadamente que as Grandes



Opções do Plano e Orçamento de 2023 possam ser viabilizados, numa altura como esta que estamos a viver.-----

Foi aqui falado quando o Partido Socialista governou com minoria - eu lembro-me que o então líder de bancada, Miguel de Almeida, me contou que chegou a dizer ao Dr. João Ataíde que não ia discutir nem o Plano nem o Orçamento, porque eles eram os seus instrumentos de governação. Segundo ele, o Dr. João Ataíde tinha ganho e, por isso, direito a governar!-----

E, portanto, não vou discutir diferenças de oposição. Hoje só me congratulo com esta viabilização, obviamente, muito importante para a vida do Concelho, independentemente do facto que tudo em democracia muda, como sabemos, quando os eleitores entendem que devem mudar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com treze votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e do membro do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, vinte e cinco abstenções dos membros do Partido Socialista e dos membros do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques, Paulo Martinho Pinto e Luís Filipe Marques, e dois votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda:-----

1. - Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2023-2027 e Orçamento para o ano de 2023, o qual integra todos os documentos e anexos previstos no art.º 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação;-----

2 - Aprovar as Normas de Execução Orçamental;-----

3 - Aprovar o Mapa de Pessoal para 2023, nos termos do n.º 4 do art.º 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atualizada;-----

4 - Tendo em vista a simplificação e celeridade processuais e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, autorizar previamente o Município da Figueira da Foz a assumir compromissos plurianuais que resultem de projetos, ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, ou de reprogramações financeiras



decorrentes de acordos de pagamentos, alterações ao cronograma financeiro e de trabalhos de investimentos ou outros legalmente previstos, desde que não impliquem aumento da despesa;-----

5 - Ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a assunção de compromissos plurianuais cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua adjudicação e o prazo de execução de três anos;-----

6 - A assunção dos compromissos a coberto da autorização prévia e da delegação de competências, só será possível, quando para além das condições previstas nos pontos quatro e cinco da presente deliberação, sejam respeitadas as regras e procedimentos determinados pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, e demais requisitos legais de execução de despesas, e sem prejuízo das disposições emergentes do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho;-----

7 - Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal o Município da Figueira da Foz deverá apresentar informação elencando os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente autorização genérica;-----

8 - Autorizar a Câmara Municipal, no exercício de 2023, a prestar apoio às Freguesias do Concelho com a realização de obras, com equipamento, meios materiais e recursos humanos, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação.---

Deliberação aprovada em minuta.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES apresentou a seguinte declaração de voto: "O Partido Social Democrata absteve-se nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023, porquanto, um Orçamento é uma projeção em que se analisa e justifica todas as despesas propostas em função de objetivos e programas a cumprir.-----

O projeto a executar é o da Figueira a Primeira que foi vencedor das eleições autárquicas.-----

Não é intenção do Partido Social Democrata obstaculizar o cumprimento desse programa, pois no fim serão os eleitores a tirar as competentes ilações.-----

No entanto, o Partido Social Democrata não abdicará de fiscalizar a ação do executivo, exercendo uma oposição atenta e responsável.-----



Neste sentido também apelamos, ao contrário do que tem acontecido com um documento tão importante como o Orçamento camarário, a ser discutido neste órgão, que é a Assembleia Municipal, que se use, uma postura construtiva, a comunicação entre todas as forças partidárias e o poder autárquico, aplicando a Lei n.º 24/98, de 26 de maio - Direito de Oposição.-----

Ouvir e envolver cada um de nós reforça a democracia e quem ganha será sempre a Figueira da Foz e todos os Municípes.-----

Agir desta forma é cumprir com um direito consagrado da Lei, mas acima de tudo é envolver todos numa visão consciente perante quem nos elegeu.”-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: “Sendo o Orçamento a expressão de um conjunto de opções, a Coligação Democrática Unitária declara que as aqui apresentadas, não seriam, decerto, as suas opções e posicionamentos.-----

Os fundos previstos para a Saúde, Educação e Ação Social parecem aquém do que será necessário nos tempos que se avizinham. Lamentavelmente, nesta matéria a Coligação Democrática Unitária não acompanha a visão otimista do executivo.-----

Por outro lado, é sobejamente conhecida a posição da Coligação Democrática Unitária em relação à percentagem de participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e o que defende para o Imposto Municipal sobre Imóveis, que é decididamente mais favorável aos municípes do que aquilo que esta Assembleia Municipal aprovou.-----

De referir, ainda, o aumento da carga onerosa sobre os impostos diretos, na ordem dos 5%, mais concretamente 4,97%, ao mesmo tempo que cai substancialmente a Derrama, exatamente 28,3%, o que corresponde em números redondos a 1 milhão de euros.-----

Há pouco, esqueci-me de referir, mas a Coligação Democrática Unitária continua muito agastada com a manutenção do Contrato de Concessão com a Águas da Figueira, S.A., que é um negócio absolutamente ruinoso para o Município.”-----

5.3 - NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO PARA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, NO ÂMBITO DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO

Com precedência de procedimento por Consulta Prévia, a Vice-Presidente da Câmara propõe a adjudicação, pelo prazo de trinta e seis meses, dos serviços de auditoria externa para certificação legal das Contas do Município à Revisora Oficial de Contas Ana Cristina Dá Mesquita Pinto Ferreira, pelo valor de 27.864,00 €, acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado no montante de



6.408,72 €, perfazendo o montante global de 34.272,72 €, a distribuir pelos anos económicos de:-----

Ano económico de 2023 - 11.424,24 €;-----

Ano económico de 2024 - 11.424,24 €;-----

Ano económico de 2025 - 11.424,24 €.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 07 de dezembro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e nos termos do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e nove votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata, e Coligação Democrática Unitária, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e sem votos contra, nomear Ana Cristina Dá Mesquita Pinto Ferreira como Revisor Oficial de Contas do Município da Figueira da Foz.--
Deliberação aprovada em minuta.-----**

5.4 - REGULAMENTO DE CEDÊNCIA E UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DA CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - ANEXO III - PROPOSTA REFERENTE AO ANO LETIVO 2022/2023 - PARA CONHECIMENTO

Foi enviada, para conhecimento, a proposta do valor das isenções a atribuir no ano letivo de 2022/2023 aos estabelecimentos de ensino, nos termos do Anexo III do Regulamento de Cedência e Utilização do Serviço Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Câmara Municipal da Figueira da Foz, que se manteve inalterável em relação ao ano letivo anterior, ou seja, no montante de 18.000,00 € (dezoito mil euros)-----

Esta proposta foi apreciada e votada em sede de reunião de Câmara de 12 de outubro de 2022, dando-se aqui o referido Anexo III como integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento da proposta apreciada e votada em sede de reunião de Câmara de 12 de outubro de 2022, que manteve o valor das isenções no montante de 18.000,00 € (dezoito mil euros), a atribuir no ano letivo de 2022/2023 aos estabelecimentos de ensino da educação pré-escolar e dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário da Rede Pública do Município da Figueira da Foz, nos termos do Anexo III do Regulamento de Cedência e Utilização do Serviço Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros da Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----

5.5 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 20 DE DEZEMBRO DE 2021 - PARA CONHECIMENTO

Pela Divisão de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 15 de novembro de 2022, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida pela deliberação da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2021, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 23 de novembro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua última redação, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida pela deliberação da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2021.---

5.6 - RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO RELATIVA AO 1.º SEMESTRE DE 2022 - PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO - PARA CONHECIMENTO

Presente um Relatório da situação económica e financeira do Município da Figueira da Foz reportada ao período de janeiro a junho de 2022, elaborado pelo Departamento de Administração Geral e Finanças/Divisão de Finanças e Património,



documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número cinco à presente ata.-----

O auditor externo Oliveira Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ld.^a, emitiu a informação prevista na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, concluindo pela conformidade do Relatório com os princípios contabilísticos previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à aprovação desta ata em minuta.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, tomou conhecimento do Relatório da Situação Económica e Financeira do Município da Figueira da Foz, reportada ao primeiro semestre de 2022, sobre o qual o auditor externo Oliveira Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ld.^a, emitiu a informação prevista na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, concluindo pela conformidade do Relatório com os princípios contabilísticos previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Em meu nome e no da Mesa desta Assembleia Municipal, saúdo comovidamente todos os senhores Vereadores, deputados municipais, a imprensa e todos os trabalhadores do Centro de Artes e Espectáculos, desejando a todos vós e aos vossos digníssimos familiares um Santo e Feliz Natal, e que para o ano aqui possamos estar a continuar a defender os superiores interesses da Figueira da Foz.-----

Aproveito para vos informar que amanhã iremos a Lisboa, à Assembleia da República, entregar os processos de desagregação das Freguesias do nosso Concelho.-----

Por fim, concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezanove horas, da qual, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 7 da Sessão Ordinária de 15-12-2022

constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----